



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

A participação dos alunos na organização e gestão das escolas

Carlos Eduardo dos Santos Salvador Guerreiro

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em  
Administração Escolar

Orientadora:

Doutora Maria Luísa Macedo Ferreira Veloso, Professora Auxiliar Convidada  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

setembro, 2013





## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço à Doutora Luísa Veloso pela dedicação e pelo entusiasmo que demonstrou.

Agradeço aos meus pais que têm sido sempre o meu impulso e o lugar onde tudo fica bem.

Agradeço aos meus irmãos por me acompanharem nos bons e maus momentos.

Agradeço aos diretores das escolas e aos alunos pela disponibilidade de participarem neste projeto.





## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender as práticas de participação dos alunos na promoção, organização e gestão das escolas consagrada na legislação do Ministério da Educação (Decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de maio e Decreto-lei n.º 75/2008 de 22 de abril) que têm subjacente o conceito de escola democrática. Visa também conhecer a perceção dos alunos e dos diretores escolares sobre a participação democrática dos alunos na escola no âmbito da escola democrática.

Para tal, escolheram-se duas escolas da Região de Lisboa e Vale do Tejo e procedeu-se à análise da legislação e de fontes documentais, como por exemplo, os Projetos Educativos, os Regulamentos Internos e os Relatórios de Avaliação Externa de escolas. Além disso, foram realizadas entrevistas aos directores e aos alunos de cada um dos dois estabelecimentos.

A investigação permitiu concluir: que é importante a participação dos alunos na gestão e organização da escola; que é necessário criar estratégias de motivação e de incentivo à participação dos alunos, ao longo de todo o processo, de forma a assegurar que os alunos de vários anos escolares se envolvam de forma mais efectiva nas actividades das escolas.

Concluiu-se também que a legislação mais recente promove a autonomia e abre espaço para uma participação efectiva dos alunos, no entanto, estes revelaram não potenciar todos os espaços de participação que estão à sua disposição.

O conceito de escola democrática é mais ambicioso e realça não só uma participação presencial, mas também uma participação com impacto no poder de decisão sobre o planeamento e realização das actividades curriculares e extracurriculares, de carácter formal e informal.



## **ABSTRACT**

This research sought to understand the students' participation in the promotion, organisation and management of the school, enshrined in legislation the Ministry of Education (Law 115-A/98, of the 4<sup>th</sup> of May and Law 75/2008 of the 22<sup>nd</sup> of May). This work was also aimed at acknowledging what is the perception of students and school principals about the democratic participation of students in the school, considering the concept of Democratic School.

With such aims, we chose two schools in the region of Lisbon and Tagus Valley and proceeded to the analysis of legislation and documental sources, such as the Educational Projects, Internal Policies and the External Evaluation Reports of Schools. Ense, we also interviewed directors and students from each of the two chosen institutions.

The investigation allowed us to conclude: that it is important to involve the students in the school's management and organisation; that it is necessary to create strategies which motivate and to promote the students' participation, along the educational process, in order to ensure that students from several school years can engage more effectively in school activities.

It was also concluded that the most recent legislation promotes autonomy and creates the space for an effective students' participation, however, they have shown not being using, to the best of its potential, all the participation spaces available.

The concept of democratic school is more ambitious and highlights not only attendance of participation situations, but it also highlights a participation with an impact on decision making regarding the planning and implementation of curricular and extra-curricular activities, whether these are of a formal and informal nature.



## ÍNDICE

GLOSSÁRIO DE SIGLAS .....	X
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I- A escola democrática e a participação dos alunos na sua gestão.....	5
CAPÍTULO II- Questões de partida orientadoras do estudo .....	17
CAPÍTULO III - Metodologia .....	21
CAPÍTULO IV – A participação dos alunos na organização e gestão das escolas: as perspetivas dos diretores e dos alunos.....	27
1. Envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola: .....	28
1.1. Órgãos e reuniões em que os alunos participam. ....	28
1.2. Elaboração de documentos orientadores.....	29
1.3. Impacto da opinião dos alunos na tomada de decisões. ....	32
1.4. Outros tipos de participação efetiva (formais e informais).....	33
1.5. Os tipos de participação na articulação entre a escola e a comunidade externa. ....	36
2. Representação dos diretores e dos alunos sobre a participação dos alunos e da Associação de Estudantes na gestão e organização escolar:.....	37
2.1. Vantagens e limites da participação dos alunos e da Associação de Estudantes na gestão e organização escolar. ....	37
2.2. Papel da escola na operacionalização e desenvolvimento da participação dos alunos. 39	
2.3. A importância e o impacto da participação dos alunos na gestão e organização da escola na sua formação. ....	39
CONCLUSÕES.....	41
FONTES.....	45
BIBLIOGRAFIA.....	47



ANEXO A.....	I
ANEXO B.....	V
ANEXO C .....	XI
ANEXO D.....	XVIII
Curriculum Vitae .....	XXI

## **GLOSSÁRIO DE SIGLAS**

PAA - Plano Anual de Atividades

RI- Regulamento Interno

PE - Projeto Educativo

ASE - Ação Social Escolar

IGE – Inspeção Geral de Escolas



## INTRODUÇÃO

Os sistemas educativos democráticos estão investidos de uma responsabilidade fundamental na formação dos indivíduos para uma cidadania consciente, crítica e interventiva. O conceito de escola democrática preconiza esta instituição como um espaço de diálogo entre os vários protagonistas do processo educativo. Neste contexto, a participação destes últimos na gestão e organização escolar é um instrumento-chave na implementação efetiva do modelo de escola democrática.

Desde 1974, Portugal tem vindo a implementar ajustes no sistema educativo que não deixaram de lado a questão da participação dos alunos na gestão e organização escolar. Atualmente, a legislação mais recente aponta para um compromisso entre alunos, pais, professores e governantes no sentido de permitir aos alunos a participação, através dos seus representantes eleitos, nos órgãos de administração e gestão da escola, na criação e execução do respetivo projeto educativo, bem como na elaboração do regulamento interno. É-lhes reconhecido o direito de apresentar críticas e sugestões relativas ao funcionamento da escola, bem como serem ouvidos pelos professores, diretores de turma e órgãos de administração e gestão da escola, em todos os assuntos que justificadamente forem do seu interesse.

Volvidos quase 40 anos desde a revolução democrática em Portugal, é importante refletir, de forma contínua e sempre renovada, sobre o modo como se concretizam no terreno os pressupostos da democracia, e como são transmitidos de geração em geração.

A premência dessa reflexão é tanto mais importante quando se pensa que ela se relaciona com a história da evolução da escola democrática numa Europa plural que conglomera países com histórias políticas muito particulares, e por vezes até contraditórias entre si. No caso dos países do Sul, onde se inclui Portugal, há peculiaridades que exigem ainda mais que o processo democrático seja objeto de permanente atenção. Bordieu e Passeron sintetizam as causas dessa necessidade: “Nos países da Europa do sul, caracterizados historicamente por um modelo altamente centralizado, estatizado, prescritivo e reprodutor, em que a participação e inclusão dos segmentos mais desfavorecidos da população esteve sujeita a fortes resistências e sucessivos fracassos” (Bordieu e Passeron, 1970; Archer, 1979; Petitat, 1982 Citado por Veloso, et al 2013: 29).

É, por isso, importante conhecer as dinâmicas de participação dos alunos, assim como o seu contributo e importância na formação dos mesmos e na construção de uma escola democrática.

A presente dissertação constitui uma reflexão desta natureza e inscreve-se no contexto de um curso de Mestrado em Gestão e Administração Escolar. Tem na sua génese a aprendizagem realizada no âmbito de uma unidade curricular dedicada à Avaliação das Organizações escolares incluída no mesmo curso. A escolha do tema deste trabalho decorreu do encontro com dois documentos fundamentais: um artigo de (Beattie, 2002) sobre uma escola exemplar no plano da participação dos alunos situada no Canadá; uma análise crítica da participação da comunidade educativa na gestão escolar, a partir dos Relatórios de Avaliação Externa realizados em Portugal pelo IGE, entre 2006 e 2013. Daqui surgiu um interesse na importância desta problemática, que levou a que se desenhasse um percurso de investigação que teve como objetivo conhecer as práticas de participação dos alunos na gestão e organização da escola e verificar qual o seu impacto na organização e na formação dos alunos.

Para isso, procedeu-se a um enquadramento teórico que contempla: a evolução do conceito de gestão democrática na escola ao longo do séc. XX; a evolução da legislação portuguesa no que diz respeito à participação dos alunos na gestão e organização escolar e uma abordagem das principais orientações teóricas em torno desta temática.

A partir daqui, foi organizado um quadro metodológico no âmbito do qual foram construídos guiões de entrevista para recolher, junto de diretores de escola e alunos, dados que permitissem caracterizar as dinâmicas de participação na sua escola e conhecer as suas opiniões acerca dos resultados educativos das mesmas.

Para a concretização dos objetivos do estudo, foram selecionadas duas escolas em função do meio em que se inserem. Considerámos importante manter o anonimato das escolas, pelo que doravante as designaremos como escola A e escola B. Uma escola situa-se na capital do país (escola A) e outra numa cidade situada na periferia de Lisboa (escola B). Historicamente, são também escolas relevantes, uma vez que a primeira tem uma reconhecida tradição no associativismo estudantil, mesmo antes do 25 de abril e a segunda foi uma das primeiras escolas a serem reorganizadas de acordo com o mais recente modelo de gestão democrática.

É notório que, ao longo da história da democracia e no processo de democratização da escola em Portugal, se têm verificado alterações ao nível da legislação, o que tem contribuído para incentivar a participação formal dos alunos na organização e gestão da escola. No sentido de conhecer o impacto da legislação na participação efetiva dos alunos, contemplámos todas as reuniões, órgãos e projetos em que estes podem intervir ao abrigo da lei e construímos os guiões de entrevista. De seguida entrevistámos três alunos da escola A, quatro alunos da

escola B e os directores de cada uma das escolas, que nos forneceram através das suas respostas dados que nos permitiram, através da sua análise conhecer as suas representações e o modo como os alunos participam nos processos de organização e gestão da escola.

Realizadas as entrevistas e analisada a documentação disponibilizada pelos directores relativas à organização e gestão das suas escolas, procedeu-se à análise de conteúdo das mesmas e à redação das conclusões.



## **CAPÍTULO I- A escola democrática e a participação dos alunos na sua gestão.**

### **A escola democrática**

Jacques Delors (1996: 60) defende que, nas sociedades complexas atuais, é necessário preparar cada pessoa para a participação democrática em projetos comuns, mostrando-lhe não só os seus direitos e deveres, mas também desenvolvendo as suas competências sociais e estimulando o trabalho em equipa na escola.

Cabe à escola preparar para uma participação ativa na vida de cidadão, uma vez que os princípios democráticos se expandiram pelo mundo, sendo-lhe incumbido o objetivo de transmitir civismo através do que Delors (1996: 61) designa como “alfabetização política elementar”. O mesmo autor defende que a escola deve assumir-se como um modelo de prática democrática que leve as crianças a compreender, a partir de problemas concretos, quais são os seus direitos e deveres e como o exercício da sua liberdade é limitado pelo exercício dos direitos e da liberdade dos outros.

Ainda o mesmo autor afirma que esta função da escola se prolonga ao longo de toda a vida, dando aos indivíduos a capacidade de participar, ativamente, num projeto de sociedade. O sistema educativo tem, assim, a missão explícita ou implícita de preparar cada um para este papel social (Delors et al 1996: 60).

Esta linha de pensamento resulta da compreensão de que, no final do séc. XX, se verificou um novo momento de democratização da escola, manifestando-se a necessidade de criar novos meios de participação. Para se chegar até esta conceção de práticas de participação na escola, foi necessário passar por várias revoluções sociais, ideológicas e organizacionais.

Um dos fenómenos revolucionários na formação da ideia de escola democrática, como sublinha Licínio Lima (1992:139), foram as crises estudantis associadas ao desenvolvimento das ciências humanas, iniciadas com o maio de 1968<sup>1</sup> e prolongadas pela década de 70. Estes movimentos levaram à reflexão sobre o papel da escola na transformação da sociedade. Os estudantes defenderam questões como a igualdade de acesso e igualdade de oportunidades de sucesso, levando à abertura da escola à participação dos alunos.

Segundo Rocha (1998:32), “Após a revolução do 25 de abril, a participação tornou-se numa palavra-chave dos discursos políticos e dos discursos educativos”.

---

<sup>1</sup> Denominados como maio de 68, tais episódios tiveram origem nas universidades francesas e depois conquistaram o apoio de outros segmentos sociais, transformando-se num grande movimento de contestação à ordem estabelecida. Espalharam-se pelo mundo como uma verdadeira insurreição popular que superou barreiras étnicas, culturais, de idade e de classe e alterou o modelo comportamental e ideológicos vigentes até então (Licínio Lima,1992:139).

Fernandes (1985:77) citado por (Lima 1992) também assinalou essa evolução: “A gestão democrática é um dos aspetos da democraticidade do ensino e um dos indicadores mais expressivos do grau de descentralização e de participação introduzidos no sistema de ensino português que, por tradição, se apresenta altamente centralizado e burocratizado”.

No sentido de democratizar o ensino, dá-se importância na educação a questões como a valorização escolar do trabalho manual, a administração descentralizada, a desburocratização, a flexibilidade no controlo e na fiscalização na justiça e equidade no sucesso do sistema educativo.

Segundo Igreja (2004:174), “A revolução despoletou uma mobilização exponencial dos atores escolares e traduziu-se, na maioria dos casos, na realização de assembleias de alunos e de professores que decidiram afastar reitores ou diretores dos cargos de gestão das escolas”. Dava-se, assim, início a um “processo de construção de formas alternativas de governo das escolas, embora à margem de qualquer autorização superior ou orientação oficial”.

Portugal não foi imune a este movimento, embora tenha sido o 25 de abril o grande impulsionador de políticas democráticas. Esse processo particular será adiante analisado em articulação com a legislação que, aos poucos, foi influenciando o pressuposto da democracia no processo educativo.

Segundo Igreja (2004:174), estava “ (...) aberto o caminho para a posterior institucionalização da gestão democrática das escolas, primeiro com a publicação do Decreto-lei n.º 735-A/74, de 21 de dezembro, e posteriormente com o Decreto-lei n.º 769-A/76, de 23 de outubro”. Iniciaram-se assim processos de formalização da gestão democrática nas escolas. “Todavia, a preocupação com a participação é algo que decorre de valores democráticos, isto é, da ideia de que a sociedade ou as coletividades menores como a empresa ou a escola são pluralistas, constituindo-se num sistema de pessoas e grupos heterogêneos, e que, por isto mesmo, precisam de ter os seus interesses, suas vontades e seus valores levados em conta” (Igreja, 2004:174). Motta (2003: 370), a este propósito, sintetiza: “Uma das formas de minimizar o aspeto coercivo da administração é a participação”

## **Escola democrática e gestão democrática**

Westrupp diferencia gestão democrática de gestão participativa: “ (...) numa democracia representativa, são escolhidos os representantes dos grupos interessados, aos quais se delegam poderes decisórios em nome do grupo que este representa; não se tem a garantia de que a voz da maioria será ouvida. Já numa democracia participativa, todos opinam, todos ajudam a decidir, sem a incerteza da usurpação de poder por parte de um suposto representante; exige, porém, maior consciência e responsabilidade por parte de cada um dos envolvidos” (Westrupp 2003: 55). Salerno também faz essa diferenciação, afirmando que “ (...) gestão democrática diferencia-se de gestão participativa, pois a primeira envolve a comunidade nos processos de decisão; a segunda pode evidenciar a participação das decisões à comunidade.” (Salerno 2009: 25). Assim sendo, a gestão democrática é por definição sempre participativa, porém, nem toda gestão participativa é democrática.

Segundo Barroso, “A designação “gestão participativa” é usada por analogia com o que se passa em outras línguas (gestion participative ou participatory management) e porque se pretende significar que é uma forma de gestão que cria condições para a participação dos diferentes membros de uma organização.” (Barroso, 1995:7). O autor acrescenta ainda que “ (...) o termo “gestão participada”, em certo sentido, pareceria mais ajustado, pois põe a tónica no facto de que, para possibilitar a participação (isto é, “ser participativa”), a gestão tem de ser, em si mesma, “participada”.

A promoção de uma gestão educativa democrática e participativa está associada à partilha de responsabilidades no processo de tomada de decisão entre os diversos níveis e segmentos de autoridade do sistema educacional. Numa entrevista publicada na revista online “Gestão escolar”, em abril de 2009, Lück afirma que “A liderança é inerente à dinâmica que envolve o ensino e aprendizagem, nessa dinâmica os protagonistas são os alunos. Além de oferecer ensino de qualidade, é obrigação da escola fazer com que eles se sintam parte integrante do processo educacional e participantes de uma comunidade de aprendizagem, o que só se consegue com uma metodologia participativa, sempre sob a orientação do professor” (Lück, 2009).

Segundo Abrantes (Abrantes, 2003: 120-121) “os jovens não vão simplesmente à escola: apropriam-se dela, atribuem-lhe sentidos e são influenciados por ela”; “... a maioria dos jovens permanece hoje numa situação indefinida face à escola, sendo sensíveis às dinâmicas cruzadas que rodeiam o seu processo de escolaridade”. A participação dos alunos, os graus de envolvimento escolar e o tipo de experiências escolares genericamente

possibilitadas, nas quais se incluem as interações com os professores, revelam-se importantes na definição dos sentidos atribuídos pelos jovens à escola e na delimitação dos seus projetos de futuro.

Na perspectiva de Torres e Palhares (2009:97) “embora culturalmente constrangidos e politicamente cerceados, os órgãos de governação da escola auferem de um estatuto central no aprofundamento dos valores democráticos, cabendo-lhes a difícil missão de reinventarem fórmulas de mobilização local dos atores e de reposição quotidiana do sentido cívico e democrático inerente à escola pública. A construção de uma “escola como oficina de cidadania democrática”.

### **A participação dos alunos na organização e gestão da escola**

Por tudo o que foi exposto anteriormente, é necessário reconhecer aos alunos o direito de interferirem na organização do seu próprio trabalho, em parceria com os professores, diretores e os órgãos de gestão, no respeito das suas competências próprias e de um modo ajustado à sua idade e esfera de influência (Barroso, 1995; Westrupp, 2003; Lück, 2012). Como afirma Carvalho (2009:446) “a escola na sua conceção de organização implica intersubjetividade de relações, de diálogos e de discurso críticos, condições essenciais à materialização da organização democrática e simultaneamente da verdadeira democracia”. A autora concebe um processo educativo que inclui o sujeito na experiência do diálogo e da análise da sua realidade, que proporcione condições de verdadeira participação no encontro de soluções para os problemas da democracia, atribuindo-lhe competências em ordem a poder optar e decidir em relação a si mesmo.

Delors (1996: 61), no já citado relatório de 1996 para a UNESCO, da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, também sugere um conjunto de práticas já experimentadas que poderão reforçar a aprendizagem da democracia na escola: elaboração de regulamentos da comunidade escolar, criação de parlamentos de alunos, jogos de simulação do funcionamento de instituições democráticas, jornais de escola, exercícios de resolução não violenta de conflitos. Por outro lado, sendo a educação para a cidadania e democracia, por excelência, uma educação que não se limita ao espaço e tempo da educação formal, é preciso implicar diretamente nela as famílias e os outros membros da comunidade.

Essa exigência de tempo e de um espaço que vai muito além dos limites físicos da escola, requer que o seu meio envolvente seja tido em conta nas práticas de gestão. Tendo as singularidades de cada meio escolar em conta, Barroso lembra a importância de dar a cada

escola autonomia organizacional: “A introdução de modalidades de gestão participativa pressupõe a existência de um espaço real de autonomia da escola e o reconhecimento das diferentes competências e atribuições dos atores organizacionais.” (Barroso, 1995:18).

Barroso desenvolve uma extensa reflexão sobre as condições promotoras da gestão participativa. Assinala que a autonomia da escola pressupõe um “equilíbrio dinâmico entre: a autoridade delegada do poder central ou local na escola; as competências profissionais dos professores (enquanto especialistas do ensino) e de outros trabalhadores não docentes; os direitos dos alunos enquanto “autores” do seu próprio crescimento; e a responsabilidade dos pais na educação dos seus filhos.” (Barroso, 1995:18).

Tendo isto em conta, o mesmo autor refere a introdução de modalidades de gestão participativa como um processo que requer tempo e recursos e um forte comprometimento entre os responsáveis e a formação permanente dos membros da instituição, com o objetivo de introduzir processos de gestão de partilha de poder e de tomada de decisões conjuntas. Propõe ainda que ao nível da decisão devem ser criadas “zonas de negociação” entre as diferentes categorias de atores e entre estes e as estruturas hierárquicas existentes, permitindo “a formalização de processos de negociação explícita entre pessoas com interesses diferentes, ideias e pontos de vista.” Assim, a gestão participativa contribuirá para a definição das políticas, a sua planificação e execução, passando pelo ambiente físico e social, pelos modos de trabalho e organização das tarefas.

Aponta o trabalho coletivo como imprescindível e que poderá ser concretizado através da formação de equipas e de reuniões: “As equipas, enquanto grupos centrados em tarefas ou objetivos limitados, constituem, assim, um instrumento para distribuir o poder no interior da organização e para associar diferentes membros, em função das suas competências, interesses, responsabilidades, e disponibilidades” (Barroso, 1995:18).

Relativamente a estas práticas, o autor traça algumas diretrizes concretas e muito precisas, referindo que é necessário preparar a reunião previamente, definindo “...os objetivos, conteúdos, atividades, animação, gestão do tempo, do espaço, dos grupos, resultado a atingir e a avaliação”. Todas as decisões e conclusões devem ficar registadas em ata. Refere ainda que “...as reuniões para serem produtivas e permitirem a participação, devem ter no máximo entre 10 a 12 pessoas; “...se o número de membros for muito alargado, há que recorrer a técnicas de fracionamento do grupo”.

Barroso dá exemplos de operacionalização do trabalho de equipa e das reuniões de um modo participativo. De um modo geral, sugere várias reuniões em simultâneo entre equipas de trabalho cooperativo com as mesmas ordens de trabalho, em que a informação final poderá

ser compilada e transportada para outras reuniões com o objetivo de esclarecer dúvidas e pôr em comum as opiniões dos diferentes participantes e não propriamente chegar a qualquer acordo, mas compilar opiniões, sugestões e perspectivas. No final, essa compilação constituirá uma proposta apresentada ao órgão competente para decidir, elaborar documentos, planejar ou organizar em função da informação recolhida (Barroso, 1995:18).

Numa entrevista publicada no jornal educação, em 30 de julho de 2008, José Francisco de Almeida Pacheco, o fundador da escola da Ponte localizada na Vila das Aves no Porto, numa zona de fracos recursos económicos, expõe como esta escola é um caso singular na implementação do modelo participativo. As tomadas de decisão têm lugar nas Assembleias semanais, presididas por uma diretoria eleita pelas e entre as próprias crianças. Segundo o fundador nesta organização, vive-se a democracia plenamente e aprende-se cidadania. Além de aprender os conteúdos ao seu próprio ritmo, as crianças são livres, têm direitos e deveres, todos decididos e registados em conjunto, o professor ajuda a ultrapassar os obstáculos e a construir o conhecimento do aluno através das suas questões e dúvidas.

Relativamente à organização dos espaços físicos e do trabalho pedagógico, o professor José Pacheco refere na referida entrevista: “Optou-se por destruir os ‘muros pedagógicos’ que eram as paredes, turmas e salas de aulas. Construiu-se um espaço aberto onde todos os professores estão disponíveis para todos os alunos, sem paredes a dividir os grupos de estudos.” Os alunos aprendem os mesmos conteúdos curriculares ensinados nas escolas portuguesas. A diferença é que isso é feito respeitando o ritmo de aprendizagem de cada aluno, não há turmas, nem aula expositiva do professor, também não há sala de aula. Os grupos são formados por afinidades e interesses de aprendizagem e essa organização é decidida pelos próprios alunos: “O que as une é a vontade de estar juntos e de juntos aprenderem, através da metodologia de projeto e de grupos organizados pelos próprios alunos”. São os alunos que decidem o que e com quem estudar, os professores estão lá, atentos e disponíveis para os atenderem a todos. Esta escola é um exemplo de uma escola em que a gestão e a participação dos alunos contribuem para o sucesso da escola e dos alunos. Barroso refere que “a experiência tem demonstrado que as reformas neste, como noutros domínios, só podem ter êxito se encontrarem nas escolas um meio propício ao seu desenvolvimento. E, neste caso, o meio propício passa pela existência de uma real «cultura de participação» que afecte o quotidiano escolar, desde as actividades na sala de aula, ao funcionamento dos diferentes órgãos de gestão, às relações com os pais e famílias dos alunos, às práticas de liderança inerentes aos diferentes cargos, à vida em comum.” (Barroso 1996: 5).

O regime de autonomia das escolas definido pelo Decreto-lei n.º 115A/ 98 formaliza a participação dos alunos e torna-se numa referência flexível que respeita os princípios de democraticidade e da participação definidos na lei de Bases dos Sistema Educativo. Neste sentido, a autonomia, pode ser definida como a capacidade de a escola tomar decisões nos domínios estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional em função do seu projeto educativo. Neste processo de construção de autonomia destacam-se, como instrumentos de identidade, o Projeto Educativo (PE), o Regulamento Interno (RI) e o Plano Anual de Atividades (PAA). No novo regime jurídico de autonomia, administração e gestão das escolas, consagrado no Decreto-lei n.º 115A/ 98, a autonomia é definida como o “poder reconhecido à escola pela administração educativa de tomar decisões nos domínios estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional, no quadro do seu projeto educativo e em função das competências e dos meios que lhe são consignados” (art.º 3). Primeiro o Decreto-lei n.º 115A/ 98 e posteriormente outros normativo que abordaremos mais adiante vieram formalizar a participação e o envolvimento dos vários membros da comunidade, mais concretamente, os alunos, no sentido de promover uma maior responsabilização em termos de objetivos comuns e com vista à formação de verdadeiras personalidades morais e democráticas. No sentido de conhecer a evolução histórica do quadro legal referente à participação dos alunos na gestão e organização da escola, considerámos importante rever os normativos relacionados com a temática e fizemos uma retrospectiva sobre as principais mudanças desde a lei de bases do sistema educativo de 1986 até 2013.

### **A participação dos alunos na organização e gestão das escolas: enquadramento jurídico**

Segundo Barroso, no percurso de democratização da escola em Portugal têm sido visíveis as ambiguidades e contradições dos processos de maior participação de diferentes atores na gestão das escolas. “A história recente da evolução da administração da educação, em particular depois de 1976 (conforme artigo 77º da constituição da república), tem sido marcada por estratégias divergentes quanto às medidas e benefícios do processo de participação na gestão das escolas” (Barroso, 1996:4).

Segundo Brito (2012), " (...) o modelo de gestão das escolas baseado na autonomia teve como um dos objetivos principais aumentar a participação da sociedade na educação. A lei n.º 5/73, de 25 de julho, que ficou conhecida como a reforma Veiga Simão e posteriormente o Decreto-lei n.º 769-A/76, de 23 de outubro, vieram consolidar a gestão

democrática das escolas“ (Brito, 2012:6). Desde então, e com a lei de Bases de 1986, a participação democrática torna-se uma tendência acentuada e é reforçada no final dos anos 90 com o Decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de maio. Este Decreto veio aumentar a responsabilidade dos alunos e criou a possibilidade destes agentes intervirem mais no quotidiano escolar e nas decisões, através da participação em reuniões e na elaboração de documentos orientadores das escolas e agrupamentos de escolas.

A adaptação das leis à nova realidade não foi um movimento uniforme. Foi alvo de muitas reformulações e só em 1986, com a lei de Bases do Sistema Educativo (lei n.º 46/86), foi definido que a gestão das escolas se deve orientar por “princípios de democraticidade e de participação de todos os implicados no processo educativo”.

Barroso identifica duas fases do processo de democratização da escola: uma primeira fase em que foram adotados princípios e estruturas de gestão participativa nas escolas, centradas essencialmente na participação dos professores, descurando a descentralização da administração e o reforço da autonomia das escolas, bem como a participação dos pais e outros representantes da sociedade local; uma segunda fase, em que foram aprovados normativos que referem uma maior participação dos pais e de outros elementos da comunidade na gestão das escolas, não sendo reforçado o poder das autarquias.

Atualmente, está preconizado na Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 (conforme artigos 2º e 7º) que as escolas devem ter contextos facilitadores de vivências democráticas, possibilitando aos alunos oportunidades de participação em espaços e momentos (quer formais, quer informais). Deve assim a escola praticar a sua autonomia, valorizando a sua identidade específica, através dos Projetos Educativos e Projetos Curriculares para a concretização da liberdade de ensinar e aprender e da democracia participativa (Parreiral, 2011: 79).

No artigo 45º da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 lê-se: “ (...) a direção de cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos dos ensinos básico e secundário é assegurada por órgãos próprios, para os quais são democraticamente eleitos os representantes de professores, alunos e pessoal não docente, e apoiada por órgãos consultivos e por serviços especializados, num e noutro caso segundo modalidades a regulamentar para cada nível de ensino”.

É, no entanto, notório que a participação dos membros da comunidade educativa, docentes, não docentes, alunos, pais, elementos da sociedade local, autarquias, entre outros pode assumir diferentes perspetivas.

No que diz respeito aos alunos, pode partir-se do princípio de que as organizações escolares consideram os alunos como membros educativos que podem ser importantes na adequação e nas adaptações das escolas às comunidades em que estas estão inseridas. Desde a criação da referida lei de Bases, têm surgido normas promotoras de espaços participativos para os alunos dentro das organizações.

No que se refere à legislação, é visível no Decreto-lei 270/98, de 1 de setembro artigo 3º que “A escola deve promover a participação da comunidade escolar no processo de elaboração do regulamento, mobilizando para o efeito alunos, docentes, pessoal não docente e pais e encarregados de educação”, assim como “Atividades de integração na comunidade educativa no âmbito da medida educativa disciplinar prevista no artigo 17.º” Desta forma, os alunos têm direito a participar, através dos seus representantes, nos termos da lei e do regulamento interno, nos Órgãos de Administração e Gestão do Agrupamento, no processo de elaboração, acompanhamento e concretização do projeto educativo e do regulamento interno. A participação dos alunos assume assim um papel de relevância na gestão democrática da escola e confere-lhes o direito e o dever de intervir no sentido da melhoria do ensino e do serviço das organizações escolares.

Segundo o Decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, artigo 24º, o Conselho Pedagógico é um órgão de coordenação e orientação educativa da escola, nomeadamente, nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da Formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.

O Artigo 25º refere que a composição do Conselho Pedagógico é da responsabilidade de cada escola, a definir no respetivo regulamento interno, devendo neste estar salvaguardada a participação de representantes das estruturas de orientação e dos serviços de apoio educativo, das associações de pais e encarregados de educação, dos alunos, no ensino secundário, do pessoal não docente e dos projetos de desenvolvimento educativo, num máximo de 20 membros. Nas reuniões em que sejam tratados assuntos que envolvam sigilo, designadamente sobre matéria de provas de exame ou de avaliação global, apenas participam os membros docentes. Os representantes dos alunos são eleitos anualmente pela assembleia de delegados de turma, de entre os seus membros.

A lei 23/2006 estabelece o regime jurídico do associativismo jovem, bem como os programas de apoio no desenvolvimento da sua atividade. No artigo 17º, é atribuído às associações de estudantes o direito de participação na elaboração da legislação sobre o ensino, designadamente na definição, planeamento e financiamento do sistema educativo, na gestão, no acesso ao ensino superior, na ação social escolar e no plano de estudos, reestruturação e

criação de novos agrupamentos e áreas curriculares ou disciplinas. Este artigo assinala também que a “menção da consulta é obrigatória nos preâmbulos ou relatórios sobre os quais tenha sido solicitado parecer”.

O artigo 18º refere-se à participação das associações de estudantes na vida escola, conferindo-lhes o direito de serem consultadas pelos órgãos de gestão das escolas em relação ao projeto educativo, ao regulamento interno, planos de atividades e orçamentos, projetos de combate ao insucesso escolar, avaliação, ação social escolar e organização de atividades de complemento curricular e desporto escolar.

Veloso, et al. (2013) indicam também esta questão, considerando que “no âmbito das recentes inovações legais introduzidas, assiste-se ao reforço da participação da comunidade educativa através do Decreto-lei n.º 75/2008 de 22 de abril, que implementa um “novo” órgão colegial de direção — designado conselho geral — conferindo-lhe a função de aprovar as regras fundamentais de funcionamento da escola” (Veloso et al 2013: 111) (regulamento interno), as decisões estratégicas e de planeamento (projeto educativo, plano de atividades) e o acompanhamento da sua concretização (relatório anual de atividades). Neste órgão, têm representação o pessoal docente e não docente, os pais e encarregados de educação (e também os alunos, no caso dos adultos e do ensino secundário), as autarquias e a comunidade local, nomeadamente, representantes de instituições, organizações e atividades económicas, sociais, culturais e científicas.

O Decreto-lei n.º 137/2012 de 2 de julho, vem alterar o Decreto-lei n.º 75/2008 de 22 de abril, e tem como princípios gerais “Assegurar a participação de todos os intervenientes no processo educativo, nomeadamente dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias e de entidades representativas das atividades e instituições económicas, sociais, culturais e científicas, tendo em conta as características específicas dos vários níveis e tipologias de educação e de ensino (cf. Artigo 3º) ”.

Indica também que ao abrigo do Artigo 12.º, a representação dos discentes é assegurada por alunos maiores de 16 anos de idade e no artigo 14.º Os representantes dos alunos e do pessoal não docente são eleitos separadamente pelos respetivos corpos, nos termos definidos no regulamento interno.

O número três do Artigo 50.º refere que não podem ser eleitos ou designados para os órgãos e estruturas previstos no presente Decreto-lei os alunos a quem seja ou tenha sido aplicada nos últimos dois anos escolares uma medida disciplinar sancionatória superior à de repreensão registada ou tenham sido no mesmo período excluídos da frequência de qualquer disciplina ou retidos por excesso de faltas.

Mais recentemente, o artigo 7º da lei 51/2012 de 5 de setembro aprova o Estatuto do Aluno e Ética escolar, estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação. Confere ao aluno o direito de participar, através dos seus representantes, nos termos da lei, nos órgãos de administração e gestão da escola, na criação e execução do respetivo projeto educativo, bem como na elaboração do regulamento interno. Têm também o direito de eleger os seus representantes para os órgãos, cargos e demais funções de representação no âmbito da escola, bem como ser eleito, nos termos da lei e do regulamento interno da escola e o direito de apresentar críticas e sugestões relativas ao funcionamento da escola, bem como serem ouvidos pelos professores, diretores de turma e órgãos de administração e gestão da escola em todos os assuntos que justificadamente forem do seu interesse.

São notórias, ao longo da história da democracia e no processo de democratização da escola, alterações ao nível da legislação que têm contribuído para a participação formal dos alunos na organização e gestão da escola. Estes processos têm sido sujeito a avaliações externas, ao longo das últimas décadas, e têm sido objeto de reflexão em parte de vários estudos de investigação. No capítulo seguinte, apresentamos alguns desses estudos que serviram para a construção das questões de análise deste trabalho.

No sentido de conhecer o impacto da legislação na participação efetiva dos alunos, contemplámos, nos guiões das entrevistas todas as situações formais em que os alunos podem intervir.



## **CAPÍTULO II- Questões de partida orientadoras do estudo**

No quadro do que foi discutido no capítulo anterior, esta dissertação tem como objetivo compreender as práticas de participação dos alunos na promoção, organização e gestão das escolas consagradas primeiro pelo Decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de maio e posteriormente pelo Decreto-lei n.º 75/2008 de 22 de abril. Estes normativos introduziram alterações aos modos de participação dos alunos na organização e gestão da escola. Introduziram alterações ao nível das reuniões, dos órgãos e da elaboração de documentos orientadores da escola. Desta forma, considerámos importante conhecer as práticas de participação dos alunos.

Pretendemos também conhecer a perceção dos diretores das escolas e dos alunos sobre a participação destes últimos na escola.

Deste modo, elaborámos as seguintes questões de partida:

1. Qual o envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola?
2. Quais as representações dos diretores e dos alunos sobre a participação dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola?

Nas escolas portuguesas, segundo os relatórios da avaliação externa, no que se refere a indicadores de participação, é visível uma oscilação relativa à participação de alunos e encarregados de educação nas escolas, sendo notórias as diferenças de região para região, tipologia de escola, tipo de meio em que as escolas se inserem. (Velo, Craveiro & Rufino: 2012).

Num estudo efetuado por Pereira & Pedro (2009), os resultados mostram que os alunos possuem uma débil participação, quer no aspeto formal, isto é, a legislada, e também no aspeto informal, ou seja, a definida pela própria escola. Apesar do Decreto-lei n.º 115A/ 98 contemplar a possibilidade de cada escola, no âmbito da sua autonomia, poder promover e criar espaços de efetiva participação dos alunos, esta é assumida como um ideal e não como um efetivo projeto de concretização. As escolas ainda mantêm uma centralização das decisões nos professores, verificando-se, por parte dos alunos, uma participação formal, passiva e sem efeitos.

Parreiral (2011: 68) afirma que “volvido um quarto de século após a lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, continua a verificar-se uma certa descontinuidade entre o designado novo modelo formativo de alunos e de docentes, e a prática do quotidiano escolar, caracterizada por uma quase total ausência dos alunos nos órgãos de administração, planificação, orientação e funcionamento, dificultando-lhes o ato de se fazerem ouvir relativamente ao seu potencial contributo para a implementação de mudanças positivas”.

Houve, assim, a necessidade de refletir sobre o nível de participação destes atores sociais no palco educativo e sobre as condicionantes que o afetam. Elas dependem de vários aspetos, tais como: modelos de liderança, contexto socioeconómico e cultural da escola, origem social dos alunos, perfis organizacionais ou política educativa. Um estudo recente sobre a informação contemplada na totalidade dos relatórios da avaliação externa das escolas realizada pela Inspeção Geral da Educação nos anos letivos de 2006/2007, 2007/2008 e 2008/2009 das regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve (Velo, Craveiro & Rufino, 2012) procura abordar alguns desses aspetos e, a partir da análise realizada, conclui que o eixo da participação é central na caracterização das escolas, o que se traduz numa proposta de tipificação de três tipos de organizações escolares distintas: tradicionais, inovadoras e difusas. Vejamos como a participação está presente em cada uma delas.

As organizações tradicionais são organizações em que a articulação curricular está ausente ou é pontual e tendem a não reconhecer o mérito escolar e cívico dos alunos, não existe participação dos alunos no planeamento e dinamização de atividades e não promove a participação dos alunos e encarregados de educação na elaboração de documentos estruturantes. A assembleia tem um papel ausente ou formal.

As organizações escolares difusas são caracterizadas por um corpo docente instável, uma população discente mais carenciada e com uma oferta pedagógica mais reduzida, são agrupamentos de escolas com práticas de integração e reconhecimento da comunidade educativa e de trabalho colaborativo entre docentes.

As organizações escolares inovadoras oferecem uma ampla oferta pedagógica e verifica-se uma articulação curricular entre os departamentos. Nestas organizações os encarregados de educação e os alunos têm um papel ativo. Os alunos participam no planeamento de atividades, existe um reconhecimento do mérito e do desenvolvimento cívico.

Há, no entanto, a necessidade de refletir sobre o nível de participação destes dois atores sociais no palco educativo. Nas escolas portuguesas, segundo os relatórios da avaliação externa, no que se refere a indicadores de participação, é visível uma oscilação relativa à

participação de alunos e encarregados de educação nas escolas, sendo notórias as diferenças de região para região, tipologia de escola e tipo de meio em que as escolas se inserem.

Outra questão importante é a distribuição de poderes entre os alunos e o impacto que estes poderão ter nas tomadas de decisão em relação à gestão e organização da escola. Surge então uma curiosidade em encontrar pontos de vista sobre o impacto e o modo como é possível a participação dos alunos na organização e gestão das escolas.



### **CAPÍTULO III - Metodologia**

O presente estudo pretende conhecer diferentes práticas de participação dos alunos na gestão e organização da escola. Para dar consecução a este objetivo selecionámos duas escolas do ensino secundário. Considerámos importante codificar o nome das escolas, no sentido de manter o seu anonimato. Uma escola situa-se na capital do país (escola A) e outra numa cidade situada na periferia de Lisboa (escola B). Optámos por uma metodologia de pendor qualitativo, na medida em que para responder às questões de partida é fundamental realizar recolha e análise documental (dos documentos já referidos) e entrevistas, já que nos debruçamos sobre representações. No estudo tivemos em conta os processos e as questões, com eles relacionados, analisando-as como fatos concretos, contextualizados, procurando manter o distanciamento e a objetividade. Para a compreensão do processo do método científico há que ter em conta a “importância das regras do método” (Deshaies, 1992:134).

Esta perspetiva exige a “imersão” do investigador no centro da investigação de forma coerente, clara e sistemática. O conhecimento vai sendo construído a partir da interdependência, do envolvimento e da implicação deste com o ambiente. “ (...) a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal (...) que se interessa mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos”. (Bodgan & Biklen, 1994: 47-49).

Ainda segundo os mesmos autores, é uma abordagem que dá ênfase à descrição, à intuição, à teoria fundamentada e ao estudo da perceção pessoal: “a abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo (...). Nada é considerado como um dado adquirido e nada escapa à avaliação. A descrição funciona bem como método de recolha de dados, quando se pretende que nenhum detalhe escape ao escrutínio” (Bodgan & Biklen, 1994:49).

#### **Seleção das escolas**

Para a realização deste estudo, contactámos algumas dezenas de escolas, tendo constituído um processo moroso e mais dilatado no tempo do que tinha sido, inicialmente, previsto. Muitas escolas responderam que não tinham associação de alunos; umas porque não reuniam, ainda, condições para a realização da eleição, dado tratar-se do início do ano escolar;

mas outras referiram que, em anos anteriores, houve associação, mas que, no presente ano, os alunos não formaram listas. Por tudo isto, ao longo do itinerário de pesquisa, foi necessário reformular e limitar a recolha de dados, em virtude do representante dos alunos na escola A se recusar a conceder a entrevista, motivo pelo qual considerámos os diretores e os alunos sem diferenciar presidentes das associações e outros alunos com assento noutros órgãos. No entanto, as duas escolas que responderam positivamente mereceram a nossa atenção pelas suas características e localização, tal como se pode observar na caracterização do meio apresentada. Uma fica situada em Lisboa, numa zona de nível socioeconómico médio e com larga tradição de participação democrática e outra na cidade de Almada.

Caracterização das organizações escolares		
	escola A	escola B
Meio envolvente	<p>A escola A localiza-se na cidade de Lisboa. Do ponto de vista económico, e segundo o relatório da avaliação externa realizado em 2013 (IGE, 2003, p 2), os alunos mostram uma grande heterogeneidade de recursos, com uma acentuação dos meios familiares de nível médio.</p> <p>Segundo o mesmo documento, no decurso de mais de um século, a escola formou cidadãos relevantes para o país em campos tao diversos como a cultura, a pedagogia, a literatura, a política, as ciências e as artes. Através do Projeto Educativo da escola é possível constatar que a escola se assume como uma escola de referência, cujo lema “Tradição e Inovação”, constitui um desafio permanente a comunidade educativa.</p>	<p>Segundo o último relatório da avaliação externa realizado em 2009, a escola B, situada no concelho de Almada, funcionou durante 27 anos em instalações provisórias, passando para um novo edifício em abril de 2007. No entanto, as instalações apenas ficaram totalmente operacionais e equipadas no início do presente ano letivo. O encerramento de outra escola, a 31 de agosto de 2007, situado na freguesia vizinha, originou um aumento significativo da população escolar, resultante da integração de parte dos alunos (500) e pessoal docente (25) da referida instituição. Esta mudança fez com que a escola passasse a ter uma população proveniente de um meio sócio- económico bastante heterogéneo, não existindo ainda uma caracterização aprofundada do mesmo.</p>

Alunos	<p>Segundo os dados disponíveis no Projeto Educativo a escola é frequentada por 348 alunos no 3.º ciclo do ensino básico (12 turmas) e 822 no ensino secundário (813 em 27 turmas dos cursos científico-humanísticos e nove numa do curso tecnológico de desporto), num total de 1170 alunos. Relativamente à Ação Social escolar, verifica-se que 90% dos alunos não beneficiam de auxílios económicos. A escola é frequentada por 6% de discentes de outras nacionalidades.</p>	<p>Na caracterização da escola que consta no último relatório de avaliação externa realizado em 2009, a escola acolhia uma população escolar de 924 alunos, sendo 407 do ensino básico (distribuídos por 16 turmas) e 394 do ensino secundário (9 turmas do Curso de Ciências e Tecnologias, 5 do Curso de Ciências Sociais e Humanas e 1 do Curso de Artes Visuais. Apenas 6,8% dos alunos têm naturalidade estrangeira, sendo provenientes maioritariamente do Brasil e de países africanos. Beneficiam de auxílios económicos, no âmbito da Ação Social escolar, 28% dos alunos.</p>
Corpo Docente	<p>Segundo os dados do relatório da avaliação externa realizado em 2013 (IGE, 2003, p3). Nesta escola exercem funções 94 docentes, dos quais 88% pertencem aos quadros, o que revela um nível de estabilidade significativo, e 87% lecionam há 10 ou mais anos, indiciando uma experiência profissional muito relevante. O pessoal não docente totaliza 29 elementos, incluindo duas psicólogas, e 72% destes têm 10 ou mais anos de serviço.</p>	<p>O corpo docente é constituído por 120 professores, dos quais 79 pertencem ao quadro, 19 são do quadro de zona pedagógica e 22 são contratados. O pessoal não docente conta com 18 assistentes operacionais (3 contratados), um guarda noturno, 9 assistentes técnicos uma técnica de Ação Social escolar e uma psicóloga. A escola tem ainda um técnico de orientação e mobilidade, por se tratar de uma escola de referência para alunos invisuais e de baixa visão.</p>

Avaliação externa	<p>A avaliação externa realizada em 2013 atribuiu a classificação de “Muito Bom” em todos os domínios (resultados escolares, prestação de serviços educativos, organização e gestão escolar, e liderança).</p> <p>Segundo o relatório da avaliação externa disponível no site do IGE, os resultados dos alunos situam-se globalmente acima dos valores esperados, em função do contexto sociocultural bastante favorável em que a escola se encontra integrada, ainda que, ao nível das taxas de transição/conclusão, sejam expectáveis melhores desempenhos.</p> <p>Em matéria de abandono escolar e desistência, a escola atinge resultados muito positivos no ensino básico, com uma taxa nula, em 2011-2012. Em relação ao ensino secundário, há ainda alguma expressão no número de anulações de matrícula, em alguns anos (6,9% no 10.º ano, em 2011-2012, por exemplo).</p>	<p>A escola analisa regularmente os resultados académicos dos seus alunos, comparando os resultados dos exames com os nacionais, distritais e concelhios. As taxas de transição/conclusão no ensino básico situam-se acima da média nacional e os resultados obtidos pelos alunos nos exames nacionais não registam desvios significativos em relação à média nacional. No ensino secundário, as taxas de transição /conclusão do 10.º e 12.º ano sofreram um decréscimo no último ano, enquanto no 11.º ano registaram um aumento. Os resultados dos exames nacionais de 2008 a Língua Portuguesa, Matemática e História foram todos inferiores à média nacional.</p>
	<p>Segundo o Projeto Educativo e o Relatório de avaliação externa realizado em 2013 (IGE, 2003, p 2). A prestação dos apoios aos alunos com necessidades educativas especiais é adequada, destacando-se a boa articulação entre a docente de educação especial, as psicólogas, os diretores de turma, os docentes e os pais e encarregados de educação, favorecendo uma efetiva inclusão daqueles discentes.</p> <p>Não se verificam taxas de sucesso plenas, tendo atingido, no ano letivo de 2010-2011, para o ensino básico, valores de retenção ligeiramente superiores a 25%. Salientam-se, ainda, como práticas inovadoras, consolidadas e com impacto positivo vários projetos no âmbito das línguas e das artes.</p>	<p>Os alunos conhecem bem as regras de comportamento, assiduidade e pontualidade, e mantêm um bom relacionamento com os docentes e os assistentes operacionais. A escola, através dos Serviços de Psicologia e Orientação, tem auscultado as expectativas dos alunos, constatando o seu crescente interesse por cursos profissionalizantes. A escola valoriza as aprendizagens, as atitudes e os comportamentos premiando, através dos Quadro de Mérito escolar e Mérito Cívico, os alunos que revelam elevadas qualidades no domínio académico e no das relações sociais e interpessoais.</p>

Quadro 1.1: Caracterização das escolas em estudo.

## **Processo de recolha e análise de dados**

No primeiro contacto com as escolas, expusemos a nossa intenção sobre o objetivo do estudo, fizemos a abordagem sobre a natureza da informação a recolher e sobre a qualidade e dimensão da amostra.

No processo de recolha de dados, privilegiámos a entrevista semiestruturada e a recolha de documentação. Construímos um guião para os diretores das escolas e um guião para os alunos (ver anexo A). Embora o guião da entrevista tivesse sido fundamental para a orientação da entrevista, houve o cuidado de permitir que os entrevistados se expressassem livremente, considerando algumas recomendações de Estrela (1990: 354) “Evitar, na medida do possível, dirigir a entrevista; não restringir a temática abordada, esclarecer os quadros de referência utilizados pelo entrevistado.”

Selecionámos os dois diretores das escolas e quatro delegados de turma de cada escola, inscritos em cursos diferentes, em que um deles participasse nas reuniões do Conselho Geral.

Considerámos assim que o depoimento destes alunos nos permitiria conhecer as dinâmicas de participação dos alunos nas turmas e nos órgãos e reuniões, onde formalmente os alunos estão presencialmente representados. As entrevistas foram marcadas com antecedência e realizaram-se em contexto escolar, num gabinete em ambiente tranquilo.

As oito entrevistas foram gravadas e, posteriormente, ouvidas na íntegra e transcritas. Procurámos respeitar critérios de autenticidade e fidelidade, tanto no que respeita aos enunciados como no sentido das respostas dos entrevistados. Os segmentos do texto tratado, designados como temas principais, foram subdivididos, de forma a especificar melhor o conteúdo das ideias centrais.

A recolha e análise documental incidiram sobre a legislação e os projetos educativos, o regulamento interno e os relatórios da avaliação externa das escolas.



## **CAPÍTULO IV – A participação dos alunos na organização e gestão das escolas: as perspetivas dos diretores e dos alunos.**

Para a constituição dos instrumentos de recolha da informação e o sequencial tratamento dos dados obtidos, a análise foi estruturada em duas grandes dimensões, a saber:

1. Envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola:
  - 1.1. Órgãos e reuniões em que os alunos participam.
  - 1.2. Elaboração de documentos orientadores.
  - 1.3. O impacto da opinião dos alunos na tomada de decisões.
  - 1.4. Tipos de participação efetiva (formais e informais).
  - 1.5. Os tipos de participação na articulação entre a escola e a comunidade externa.
2. Representações dos diretores das escolas e dos alunos sobre a participação dos alunos e da Associação de Estudantes na gestão e organização escolar:
  - 2.1. Vantagens e limites da participação dos alunos e da Associação de Estudantes na gestão e organização escolar.
  - 2.2. Papel da escola na operacionalização e desenvolvimento da participação dos alunos
  - 2.3. A importância e o impacto da participação dos alunos na gestão e organização da escola na sua formação.

Como já foi debatido no capítulo anterior, os Decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de maio e posteriormente o Decreto-lei n.º 75/2008 de 22 de abril introduziram alterações à participação dos alunos na organização e gestão da escola ao nível das reuniões, dos órgãos, da elaboração de documentos orientadores da escola, dos projectos e nas tomadas de decisão. No sentido de conhecer as práticas das escolas, elaborámos um conjunto de questões que introduzimos no guião de entrevista (Anexo A).

No que se refere aos tipos de participação face às especificidades da escola e aos tipos de participação informal e formal, elaborámos questões centradas na participação efetiva dos alunos, desde os contactos informais entre alunos associação de estudantes e a direção e aos níveis de participação mais formal.

Uma vez que pretendíamos conhecer as práticas de participação dos alunos na escola, foi imprescindível elaborar questões que permitissem conhecer a atividade e envolvimento da

Associação de Estudantes na escola, tendo em conta que esta representa diretamente os alunos.

Com o objetivo de conhecer as representações dos diretores sobre a participação da Associação de Estudantes e dos alunos na gestão e organização escolar, elaborámos questões relacionadas com as vantagens e desvantagens da participação dos alunos. Interpelámos também os diretores das escolas relativamente ao modo como se deve operacionalizar a participação e a importância desta na formação de futuros cidadãos.

Consideramos que o guião permitiu obter depoimentos que nos forneceram informação sobre o envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola, assim como sobre as representações do diretor e dos alunos sobre estas práticas.

Considerámos importante analisar os dados segundo duas perspetivas. Na primeira, confrontámos as respostas dos alunos com as respostas dos diretores e, na segunda, identificámos as diferenças que existiam relativamente à informação obtida pelos entrevistados de cada escola, no sentido de conhecer as duas realidades.

## **1. Envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola:**

### **1.1. Órgãos e reuniões em que os alunos participam.**

Relativamente à categoria, órgãos e reuniões em que os alunos participam, os alunos da escola A confirmam estar presentes nas reuniões de avaliação intercalares, nos Conselhos de Turma, nas reuniões de delegados e no Conselho Geral.

Os alunos da escola B referem que têm representação e participam nas reuniões de Conselhos de Turma, nas reuniões de delegados, nas reuniões realizada no âmbito da saúde. Um deles realça que “Há uma ou outra reunião em que somos pontualmente chamados” (A.B.3).

Os diretores afirmam que os alunos nunca assistem aos conselhos de turma, onde é realizada a avaliação destes, sendo de carácter excepcional a sua representação noutras reuniões, tal como podemos observar na transcrição da entrevista da diretora da escola A: “Mediante algum tipo de assunto poderão estar noutras reuniões, mais como convidados do que propriamente como participantes de direito próprio” (D.A.1).

Segundo o diretor da escola B, os delegados de turma assistem apenas às reuniões de Conselhos de turma intercalares e por vezes às reuniões do Conselho Geral, “Nas reuniões

plenárias ou se integrarem alguma secção permanente do Conselho Geral. Nos Conselhos de turma de não avaliação” (D.B.1).

De acordo com as respostas dos alunos e dos diretores e da análise da documentação disponível, concluímos que os alunos das duas escolas estão representados nos órgãos de gestão, tal como é definido pela legislação (Decreto-lei n.º 75/2008 de 22 de abril). Desta forma, participam nas reuniões do Conselho Geral e nas reuniões de Conselho de Turma e em reuniões que possam ser convocados pontualmente.

## 1.2. Elaboração de documentos orientadores.

Sobre a elaboração projeto educativo, os alunos da escola A referem que, no Conselho de Turma, foram propostas algumas regras: “Definimos algumas regras no Conselho de turma, não sei se foram aceites” (A.A.2).

A diretora da escola A diz não ter presente o modo como o projeto educativo foi elaborado em virtude de este processo ter decorrido há quatro anos.

Na escola B, o diretor referiu que os alunos não colaboram no Projeto Educativo. Estas afirmações são confirmadas pelos alunos de ambas as organizações, que referem não ter colaborado na elaboração do referido documento e um deles explica como tomava conhecimento: “Não conheço o Projeto Educativo. O membro do Conselho Geral é que me transmitia essas informações” (AB.4).

Quanto à elaboração do regulamento interno, os alunos da escola A salientam que propõem atividades no início do ano, nos Conselhos de Turma: “Normalmente pediam aos alunos para se encarregarem de uma atividade e a desenvolverem” (A.A.2).

Na escola B, os alunos afirmam que não colaboram no Regulamento Interno e não têm conhecimento prévio da sua elaboração, o que se comprova pela transcrição: “Quando somos eleitos já está feito” (A.B.1). O diretor da mesma escola também confirma que os alunos não participam na elaboração deste regulamento.

A diretora da escola A explica como se processa a participação dos alunos. O representante dos alunos que tem assento no Conselho Geral deve contactar os delegados para se inteirar dos problemas e das pretensões dos colegas, a fim de elaborar as propostas para apresentar no Conselho Geral e serem contempladas no Regulamento Interno e informa: “Na elaboração do atual regulamento o representante apresentou algumas propostas e foram aceites” (D.A)

Neste documento, vêm integradas as atividades de complemento curricular e, na opinião da diretora da mesma escola, os alunos deveriam fazer a sua apreciação sobre esta matéria, mas tal não se verifica.

Na elaboração do plano anual de atividades, os alunos da escola B referiram a sua participação, apresentando algumas atividades que têm vindo a ter continuidade ao longo dos anos (caça de talentos e torneios desportivos) e as atividades propostas pela Associação de Estudantes. Segundo a diretora da escola A, através da sua associação, os alunos são chamados a participar na apresentação de propostas a submeter à discussão e aprovação de conselho pedagógico.

Entrevistado sobre este assunto, o diretor da escola B, salienta que os alunos dos cursos profissionais são mais autónomos e apresentaram propostas de atividades que foram contempladas e realizadas.

No que se refere à Gestão de Orçamentos, os alunos de ambas as escolas informam não terem qualquer participação.

A diretora da escola A considera que a presença do representante dos alunos no Conselho Geral permite que, na discussão do orçamento, este tenha a possibilidade de emitir uma opinião, como qualquer outro membro com assento no referido órgão, mas acrescenta que, na realidade, os alunos não participam nesta matéria. A mesma constatação é feita pela diretora da escola B ao afirmar que os alunos não participam, confirmando, assim, as declarações dos alunos.

Os alunos da escola A desconhecem a participação destes nos projetos sobre o insucesso escolar, enquanto os alunos da escola B referem que são realizados inquéritos sobre o sucesso dos alunos: “Fazem inquéritos durante as aulas” (A.B.3).

A diretora da escola A acrescenta que, nos projetos de combate ao insucesso, os alunos não têm representação, uma vez que as decisões passam pela direção e pelos professores. Esta opinião é partilhada pelo diretor da escola B que considera que este assunto diz respeito apenas aos professores.

Quanto à avaliação, os alunos da escola A referem que todos os períodos realizam a autoavaliação, quando solicitada pelos professores: “Só quando os professores pedem para fazermos autoavaliação” (A.A.1). Os alunos da escola B afirmam não participar em momentos de avaliação.

Os diretores de ambas as escolas confirmam que durante os processos de avaliação, apenas há representação de alunos em momentos de autoavaliação. O diretor da escola B

reconhece a obrigatoriedade, mas sem grande influência e acentua: “É obrigatório, mas tem peso reduzido” (D.B)

Relativamente à questão da participação dos alunos em decisões sobre a ação social escolar, os alunos de ambas as organizações, referem a existência de projetos de solidariedade e especificam concretamente a cedência de livros escolares “No final do ano letivo disponibilizamos os livros escolares à escola.” (A.A.2). Na escola A, os alunos, além destes, referem também a existência de um projeto de recolha de livros e brinquedos para oferecer a instituições de caridade. As Associação de estudantes em colaboração com os delegados de turma organizaram a entrega dos livros aos alunos que não beneficiavam de ASE: “Disseram aos delegados para irem buscar livros antigos à Associação de Estudantes e entregar aos colegas”.

A diretora da escola A assinala tratar-se de uma área que requer “resguardo e discrição” (D.A), e que prefere tratá-la em termos burocráticos e ao nível dos diretores de turma. O diretor da escola B considera que os diretores de turma devem dar conhecimento dos casos sinalizados aos serviços administrativos para serem, posteriormente, analisados.

As atividades de complemento curricular são integradas no plano anual de atividades.

Relativamente a estas, os alunos da escola A informaram que se inscrevem no ato de matrícula e frequentam as atividades que são definidas pelos professores em função da necessidade dos alunos: “Os alunos inscrevem-se no ato da matrícula e frequentam essas atividades” (A.A.1). Os alunos da escola B apontam apenas a realização de torneios desportivos realizados pelos alunos com a ajuda de um professor.

Entrevistados os diretores sobre a participação dos alunos na definição destas atividades, ambos afirmam solicitar o parecer dos alunos e depois aceitar as propostas conforme os recursos disponíveis na escola.

Sobre a organização do desporto escolar, os alunos da escola A explicam que o processo é da responsabilidade do coordenador e dos professores. Os alunos podem apresentar sugestões e opiniões de acordo com os seus interesses e os professores organizam as atividades, os alunos podem frequentá-las e existe a possibilidade de se inscreverem noutras modalidades em escolas próximas “... podemos frequentar outras modalidades noutras escolas, basta inscrevermo-nos” (A.A.1). Na escola B, os alunos fazem a sua inscrição, nas atividades definidas, junto dos professores de educação física e se estes solicitarem é possível formar mais equipas e torneios de outras modalidades, tal como um dos alunos informa: “Este ano vai ser o torneio de voleibol” (A.B.1).

O diretor da escola B pede o parecer aos alunos e depois aceita conforme os recursos disponíveis na escola.

Do exposto, verificamos que em ambas as escolas existem semelhança no modo como os alunos se envolvem, mas também se verificam diferenças. Os alunos não são envolvidos na elaboração do Projeto Educativo, em ambas as escolas.

Verificámos que há diferença relativamente às escolas no que concerne à participação na elaboração do Regulamento Interno, onde apenas a escola A solicita a intervenção dos alunos. A participação passa por desenvolver contactos com estes, no sentido de elaborar propostas para apresentar no Conselho Geral.

Na elaboração do Plano Anual de Atividades, ambos os diretores das escolas referem a participação dos alunos. E definem esta participação através da elaboração de propostas de atividades, tendo os cursos profissionais um papel mais autónomo na apresentação de propostas relacionadas com a área profissional do curso.

### 1.3. Impacto da opinião dos alunos na tomada de decisões.

Quanto às decisões que dependem da sua opinião, os alunos da escola A não conseguiram identificar decisões que dependessem da sua opinião e dirigem críticas à atuação da associação: “A associação não organiza muitas coisas” (A.A.1). Os alunos da escola B apresentam os procedimentos que permitem aos alunos a sua participação, são realizados inquéritos no sentido de conhecer a opinião dos alunos sobre vários assuntos da escola. “De vez em quando aparecem inquéritos e quando querem informar algo dizem ao delegado” (A.B.2).

A diretora da escola A respondeu que no que se refere às atividades dinamizadas pelos alunos, o presidente da associação é sempre chamado. Apresentou o caso concreto do simulacro de um incêndio que ocorreu na escola e justificou a sua presença: “no sentido de envolver os colegas, através da associação para que as coisas fossem tomadas a sério” (A.B.2). Especificou ainda que aquando da eleição para a associação de estudantes envida esforços para que se envolvam e se organizem. O diretor da escola B apresenta um visão mais diretiva sobre a participação dos alunos na decisão e refere que a sua opinião é tida em conta, mas não decide apenas em função da opinião deles, referindo: “... eles não têm peso na decisão. (D.B)”

Através da análise das respostas, verifica-se que existem semelhanças e diferenças entre as escolas. Na escola A, a diretora pede a colaboração do presidente da associação e

envolve os alunos nas decisões, enquanto, na escola B, o diretor considera que, apesar de ouvir os alunos, a decisão é sempre tomada em função da opinião dos adultos: “Por exemplo quando eles estão normalmente a sua opinião é tida em conta, mas não depende da opinião deles, depende sempre da nossa [adultos]” (D.B.).

Sobre o impacto da opinião dos alunos na tomada de decisões, os diretores das duas escolas referem que, apesar de ouvirem formalmente e informalmente a opinião e as sugestões dos alunos, o poder de decisão depende dos professores, mas consideram que a decisão deve ser tomada em função da necessidade/ benefício para os alunos, da exequibilidade, da atividade e também de alguns condicionalismos de recursos humanos, materiais e financeiros. Uma vez que a Associação não tem orçamento próprio e os alunos não participam na gestão de orçamentos, têm necessariamente de solicitar os recursos à direção.

#### 1.4. Outros tipos de participação efetiva (formais e informais).

Os alunos da escola A, sobre este assunto, referem que a Associação de Estudantes não organizou muitas atividades e salientam que desconhecem quaisquer decisões tomadas em função dos alunos. Na opinião dos alunos da escola B, a Associação de Estudantes é que decide, mas acrescentam que apenas se verifica uma participação nas atividades propostas pelos diretores de turma e pelos professores. Salientam a participação de colegas dos cursos profissionais em projetos dentro da escola e em parceria com outras escolas do agrupamento e referindo: “A turma fazia jardinagem na escola...” (A.B.3). Acrescentam que a participação ia além de projetos na própria escola e alargava-se a outras escolas do agrupamento, tal como se comprova na seguinte asserção: “os alunos iam à escola do agrupamento e interagiam em projectos.” (A.B.1)

Citam algumas atividades da Associação de Estudantes mais relevantes a saber: organização de torneios durante os intervalos, colocação de um mural informativo de recolha de sugestões no bar da escola, criação de uma página de comunicação da Associação de Estudantes no facebook e exemplificam na seguinte transcrição: “Por exemplo o halloween, acabámos por ser nós a realizar a atividade entre os intervalos, sem grandes recursos, com música, máscaras, brincámos. Pedimos formal ou informalmente autorizações” (A.B.4). E acrescentam “A Associação de Estudante organiza o baile e a viagem de finalistas em conjunto com os delegados” (A.B.4).

Sobre situações em que se verificou a participação (participação efetiva) dos alunos, a diretora da escola A explica como os incentiva a participarem em projetos, faz reuniões com

os delegados e consulta os alunos do ensino básico e do ensino secundário, para ouvir a sua opinião. Apresentou o exemplo de um simulacro, onde solicitou a colaboração do presidente da Associação de Estudantes e, outra situação referente à eleição da Associação de Estudantes que ilustra com as seguintes transcrições: ” Chamo sempre o presidente para estar presente nas reuniões de preparação de simulacro de incêndio”, “... quando é para a eleição da Associação de Estudantes também procuro que se envolvam e organizem” (D.A). O diretor da escola B afirma receber propostas de atividades elaboradas pelos alunos. Refere que os alunos dos cursos profissionais são mais autónomos, não só na apresentação de propostas, mas também no desenvolvimento “No ano passado tive dois alunos que implementaram uma atividade em conjunto com o projeto Ajuda de Berço. Contactaram as entidades e pessoas e nós disponibilizámos o espaço” (D.B).

Ao confrontar as duas escolas pudemos identificar algumas diferenças e semelhanças no que respeita a este assunto.

As principais diferenças estão relacionadas com a participação e atividade da Associação de Estudantes. Na escola A, a Associação de Estudantes apresenta um papel menos interventivo. Salienta-se o desagrado dos alunos e da diretora da escola em relação à falta de empenho e de participação por parte da Associação de Estudantes. Na escola B, a Associação de Estudantes tem um papel mais dinâmico, promove o convívio, realiza projetos e atividades e mostra uma boa relação com os delegados de turma. Este relacionamento e o trabalho em equipa permitem que se formem grupos dentro da escola, no desenvolvimento bem-sucedido do trabalho comum.

Esta boa convivência entre os intervenientes vai ao encontro da opinião de Barroso que aponta o trabalho coletivo como imprescindível e que pode ser concretizado através da formação de equipas e de reuniões: “As equipas, enquanto grupos centrados em tarefas ou objetivos limitados, constituem, assim, um instrumento para distribuir o poder no interior da organização e para associar diferentes membros, em função das suas competências, interesses, responsabilidades, e disponibilidades” (Barroso, 1995:18).

No que respeita aos modos formais da participação, para os alunos da escola A estes consideram a participação no Conselho Geral, nos Conselhos de Turma, no Conselho de Delegados e na eleição do representante do Conselho Geral. Os alunos da escola B entendem que estes incluem também a festa de finalistas que está a ser organizada pela Associação de Estudantes e pelos Delegados, cujo objetivo é angariar fundos para a viagem de fim de curso e explica que a quantia obtida se destina à inscrição e pagamento à Agência de viagens: “Recebemos dinheiro e inscrições”; “Sempre que queremos avançar com o projeto temos

primeiro de escrever, planear, imprimir e entregar à direção. Muitas vezes vou e volto, mas os professores e a direção têm muito trabalho com o agrupamento.” (A.B.4).

Na opinião da diretora da escola A, os aspetos formais incluem as reuniões em que os alunos têm assento, alguns momentos importantes para a eleição de representantes dos alunos (Conselho Geral, Eleição dos Delegados, do Representante da Associação de Estudantes e do membro do Conselho Geral), a participação e dinamização de projetos e as atividades desenvolvidas na escola. E explica “quando é necessário, num carácter mais formal, eu chego-me à frente, por exemplo, devem desenvolver projetos de ajuda na comunidade, que se relacionem com preocupações sociais e cívicas. E concretiza: “por exemplo grupos de alunos que fazem trabalho voluntário, campanhas de recolha de géneros, vestuário”. O diretor da escola B refere que os alunos participam nas reuniões e na eleição de alunos representantes dos alunos (Conselho Geral, eleição dos Delegados de turma, do Representante da Associação de Estudantes e do membro do Conselho Geral).

Ambos os diretores mostram a sua disponibilidade para receber os alunos em qualquer altura e analisar as suas propostas, desde que estes as apresentem. A diretora da escola A acrescenta “a porta está sempre aberta” (D.A). Na mesma atitude, o diretor da escola B afirma: “Quando lhes apetecer aparecer e ter uma conversa sobre o que querem fazer, analisamos as propostas em qualquer altura” (D.B).

No que se refere aos modos informais de participação, os alunos da escola A consideram que existe um relacionamento próximo com a direção e a secretaria. Os alunos da escola B apontam algumas dificuldades na abordagem dos professores pelo facto de estes serem muito ocupados e correrem o risco de esperar para resolver situações com a direção, no entanto, este constrangimento é ultrapassado pela possibilidade de falarem diretamente com o diretor de Turma.

Após a análise das entrevistas, é possível identificar outras situações de participação dos alunos nas escolas. Para além da participação em reuniões e órgãos, que já assinalámos anteriormente, estes organizam-se de forma independente ou em colaboração com a Associação de Estudantes que realiza atividades e projetos dentro e fora da escola. Estes desenvolvem-se no âmbito da solidariedade (cedência de manuais escolares, recolha de materiais para instituições de caridade) e na organização de palestras, organização do baile e da viagem de finalistas, convívios e torneios desportivos (no âmbito do desporto escolar).

No que se refere à participação de carácter informal, não encontramos dificuldades nem barreiras em ambas as escolas, os diretores mostraram disponibilidade para receber propostas dos alunos, em qualquer altura, e aprová-las em função da qualidade/ oportunidade.

Os alunos podem sempre expor as suas ideias e opiniões à direção e aos diretores de turma. As respostas dos alunos sobre esta questão vêm confirmar as declarações dos diretores.

#### 1.5. Os tipos de participação na articulação entre a escola e a comunidade externa.

Sobre a participação das escolas em função da comunidade externa, os alunos da escola A citam a participação em projetos de solidariedade com a comunidade. Os alunos da escola B, apesar do diretor não referir alguma ligação ao meio, os alunos também mencionam o envolvimento em projetos de solidariedade.

A diretora da escola A diz que existem alguns projetos e concursos de solidariedade promovidos pelos professores e alunos. Referiu-se a um projeto, no âmbito do qual, os alunos se deslocaram à Alemanha a fim de representarem o nosso país. Abordou a proximidade da escola com a Assembleia da República e, daí a motivação para a implementação no currículo da escola, da disciplina de Ciência Política, como opcional. E referiu a organização de sessões e debates de ideias políticas no âmbito da disciplina. Ainda no mesmo contexto, referiu o contributo desta escola na formação de alguns atuais deputados na Assembleia. Na escola B, o diretor justifica a falta de participação dos alunos em projetos com a comunidade externa do seguinte modo: “O meio não tem uma caracterização específica que implique esta abordagem” (D.B).

Encontramos diferenças acentuadas na informação obtida pelos entrevistados relativamente às duas escolas. A escola A é muito dinâmica e muito aberta ao meio, procurando organizar-se de modo a desenvolver projetos de solidariedade e, naturalmente, pelas características do meio, referidas anteriormente, a sensibilizar os alunos para a vertente política. Ao contrário desta, escola B não mostrou estar sensibilizada para esta questão, o que é confirmado pelo relatório da avaliação externa da escola realizado pelo IGE em 2009, que não contempla a caracterização do meio. Apesar de existir participação dos alunos em diferentes áreas, os alunos não participam, nem promovem atividades, nem projetos em função da comunidade externa.

## **2. Representação dos diretores e dos alunos sobre a participação dos alunos e da Associação de Estudantes na gestão e organização escolar:**

### **2.1. Vantagens e limites da participação dos alunos e da Associação de Estudantes na gestão e organização escolar.**

Quanto às vantagens da participação dos alunos, os da escola A realçam a importância da Associação de estudantes, na participação em projetos e festas, na promoção de torneios, convívios, e divulgação da informação sobre eventos. E reconhecem benefícios de um maior envolvimento através da seguinte transcrição: “A escola poderá ficar melhor representada se houver mais contacto com os alunos” (A.A.3). Para os alunos da escola B, as vantagens situam-se ao nível das interações dos alunos e no convívio.

A diretora da escola A refere que a participação dos alunos nos órgãos de gestão e organização é vantajosa, porque segundo a sua opinião “...é a maneira mais direta de chegar e comunicar e tornar a vida da escola como eles desejam, mais agradável” (D.A). O diretor da escola B reconhece que esta participação traz algumas vantagens e mostra a sua atuação com os alunos “Algumas! Normalmente supervisionamos e deixamos tudo a cargo deles. Procuramos interferir pouco para lhes dar autonomia” (D.B).

No que se refere aos limites à sua participação, os alunos da escola A apontam a passividade da Associação e afirmam que esta deve ser ativa e participativa, caso contrário não tem impacto na escola. Referem também que a realização de atividades pouco interessantes para os alunos pode ser um limite. Os alunos da escola B apontam como limites a fraca adesão por parte dos alunos. Assinalam também a falta de divulgação de projetos e de atividades: “Claro que nem todos os projetos são aprovados por diversos motivos, “como segurança e recursos” e acrescentam: “...o 1º limite é não podermos realizar eventos à noite” (A.B.4). Acusam, também, a falta de orçamento para a sua participação mais ativa.

A diretora da escola A apresenta uma certa frustração relativamente ao comportamento das associações, ao longo dos anos, como se pode comprovar na seguinte transcrição: “Eles começam com muito gás, mas depois depressa perdem. Neste últimos cinco anos, as associações de estudantes não têm rigorosamente nada a ver com as dos anos anteriores, eram envolvidas, participativas, ativas, realizavam atividades para os colegas”. E acrescenta: “chegámos a ter um barco insuflável” (D.A). Na sua opinião, os alunos têm ideias e após a eleição perdem o entusiasmo e desinteressam-se. Tece algumas críticas às suas escolhas, dado que estes apenas se interessam por música, o que na sua opinião não é aceitável “Querem música todo o tempo e não pode ser...” (D.A). Outra limitação é quando são propostas

atividades que vão contra as normas do Regulamento Interno. Ao longo da entrevista, refere também que alguns alunos do 12º ano, de anos anteriores, tinham alguma atração pela política e usaram a Associação de Estudantes para se “catapultarem” para esta área. Atualmente, os alunos vão manifestando cada vez menos interesse o que justifica do seguinte modo: “Isso tem-se perdido porque quando os partidos eram mais ativos em termos de apoios, as Associações de Estudantes eram mais dinâmicas e tinham presidentes mais carismáticos” e “muitos dos deputados desta geração começaram na Associação de Estudantes e depois seguiram vida política” (D.A).

Na escola B, o diretor afirma não impor limites quando são propostas de atividades que os alunos sentem necessidade e que são exequíveis, mas identifica algumas dificuldades: “Na maior parte das vezes a Associação de estudantes existe por um período muito curto, ali seis meses depois a atividade esbate-se”. E por outro lado, também “...é difícil convencer os alunos de que é importante a sua participação” (D.B). Assinala questões relacionadas com o horário dos alunos e acrescenta: “ (...) para reunir todos os delegados para eleger o representante dos alunos no Conselho Geral é complicado, pois os alunos ou faltam às aulas ou vêm fora do horário, mas normalmente não vêm” (D.B).

Na opinião dos diretores, os alunos que são eleitos, normalmente, frequentam o 12º ano, que em situação normal de aproveitamento, só permanecem na escola até ao final do ano, terminando assim o seu mandato.

A diretora da escola A sugeriu que a formação das listas para a Associação de Estudantes fosse constituída por alunos também de anos anteriores, a fim de dar continuidade e poder avaliar os resultados dos projetos. Ambos os diretores constataram que as associações de estudantes vão diminuindo o seu interesse, ao longo do ano, e que parece faltar o desenvolvimento de estratégias que lhes mantenham a dinâmica, o que se pode justificar pela exigência do trabalho curricular à medida que o final do ano se aproxima.

Alunos e diretores apontam fatores que limitam a participação dos alunos na organização escolar, nomeadamente, a falta de empenho e de interesse dos últimos, a falta de divulgação das atividades e de projetos, a falta de recursos financeiros por parte da Associação de Estudantes, a realização de atividades de forma desadequada e o não cumprimento do Regulamento Interno.

## 2.2. Papel da escola na operacionalização e desenvolvimento da participação dos alunos.

Os alunos da escola A sugerem que a Associação de Estudantes deve trabalhar em conjunto com a direção, definir um plano de atividades e realizá-las. Referem também que a escola deve incentivar os alunos a votar. Os alunos da escola B consideram que a escola e a Associação de Estudantes devem divulgar os projetos e que a escola deve atribuir um orçamento à Associação de Estudantes para esta tenha possibilidades de realizar mais atividades.

A diretora da escola A opina que os alunos devem tomar iniciativa e manifesta o seu interesse em que estes participem e se empenhem em criar espaços para que isto aconteça. Refere também que incentiva os delegados a formar as listas de Associação de Estudantes, promove e acompanha os alunos em todo o processo de eleição dos seus representantes: “eles fazem as mesas de voto, votam e eu acompanho o processo.” (D.A). No seu entender, a escola deve desenvolver projetos de ajuda na comunidade que se relacionem com preocupações sociais e cívicas: “ (...) por exemplo: grupos de alunos que fazem trabalho voluntário, campanhas de recolha de géneros e vestuário” (D.A). O diretor da escola B considera que a escola deve promover o diálogo entre os alunos e a direção.

## 2.3. A importância e o impacto da participação dos alunos na gestão e organização da escola na sua formação.

Para os alunos da escola A, as regras da escola são uma adaptação à sociedade e o início da vida em cidadania: “A escola é uma preparação para a vida adulta, o comportamento na escola reflete-se na vida adulta.” (A.A.1). Os alunos reconhecem que a participação dos alunos poderá desenvolver a sensibilidade para pensar nos outros, os valores de cidadania e democracia, o sentido crítico, a capacidade de organização e de decisão.” É importante criar cidadãos com capacidade de decidir e de escolher (...) isso desenvolve interesses e valores...” (A.B.1). Os alunos da escola B realçam a importância da área não disciplinar Formação Cívica e valorizam o incentivo e o trabalho dos professores em sala de aula: “regularmente falam das regras de vida em sociedade “ (A.B.2). Referem que a participação dos alunos os torna mais ativos e responsáveis e que constitui um meio de aprendizagem na representação do outro. Por outro lado, desenvolve a capacidade de gestão e responsabilidade. Atribuem importância às atividades da Associação de estudantes, na sua formação, mas, na sua opinião, os professores são mais responsáveis pela formação global do aluno.

Na opinião da diretora de escola A a participação dos alunos é “...uma experiência e uma aprendizagem pessoal numa esfera diferente de cidadania” (D.A), considera a área curricular não disciplinar de Formação Cívica um contributo importante para a formação do aluno como cidadão e recomenda o alargamento desta, ao nível de ensino anterior, isto é, ao ensino básico, assim como a introdução de outras abordagens, tal com explica: “ termos formação Cívica no básico é um espaço que faz falta, educação sexual, segurança rodoviária, sugeri que fosse alargado ao conceito de segurança do aluno” (D.A). O diretor da escola B considera que os alunos não sentem necessidade de participar, mas que é importante saber a opinião deles. Refere não conhecer o impacto da participação dos alunos na sua formação “Não sabe se há impacto” (D.B).

Em suma, a diretora assinala ser uma experiência importante na esfera da cidadania e da preparação para a vida adulta em democracia. É da opinião que a consulta aos alunos é muito importante nos processos de liderança e de gestão. O diretor da escola B não enfatizou esta questão.

Tal como a diretora da escola A, os alunos realçam a importância da área não disciplinar de Formação Cívica, extinta pelo MEC. Valorizam o incentivo e o trabalho dos professores, na sala de aula e na sua preparação para a vida em sociedade. Defendem que este envolvimento pode ser um importante contributo para a sua formação enquanto cidadãos autónomos e responsáveis.

Valorizam a ação desenvolvida pela Associação de estudantes, no entanto, atribuem aos professores uma maior importância na sua formação global.

## CONCLUSÕES

As escolas em estudo são uma pequena amostra de um universo mais vasto e, nessa medida, a pesquisa e as conclusões apresentadas poderão ser apenas um ponto de partida para uma avaliação mais abrangente desta temática. Estudos desta natureza são momentos de reflexão que poderão servir de orientação para o ajuste da prática da participação na gestão e liderança da escola. Porque a democracia é dinâmica, essas mesmas práticas também o são, por isso requerem análise, ajustamento e melhoria sempre que se justifique.

O presente estudo permitiu extrair algumas aprendizagens sobre esta temática, nomeadamente, a importância que deve ser dada à participação dos alunos, à necessidade de criar estratégias de motivação e de reforço do seu interesse, ao longo de todo o processo, assegurando que alunos de vários anos escolares se envolvam no mesmo.

Retomando as questões orientadoras da investigação, uma das questões que se colocou foi: qual o envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola?

Em conformidade com a legislação, os alunos participam nas reuniões de Conselhos de Turma, no Conselho Geral e em Assembleia de alunos. No que se refere à elaboração de documentos, estão envolvidos na elaboração de Plano Anual de Atividades. Para além da participação em reuniões e órgãos assinalados, os alunos organizam-se de forma independente ou em colaboração com a Associação de Estudantes que realiza atividades e projetos dentro e fora da escola. Verificam-se assim as observações registadas nos relatórios da avaliação externa, no que se refere à participação dos alunos na vida escolar “ (...) a participação dos alunos é privilegiadamente realizada através de procedimentos legais e das relações com a comunidade.” (Velo et al 2013:120). No que se refere à participação de carácter informal, não encontramos dificuldades nem barreiras, ambos os diretores se mostraram disponíveis para receber e analisar as propostas dos alunos, em qualquer altura e aprová-las sempre que exequíveis em função dos recursos da escola. Os alunos têm abertura para exporem as suas ideias e opiniões à direção e aos diretores de turma.

Concluimos que se verificam práticas formais de participação em ambas as escolas, no entanto, na escola A existe maior envolvimento dos alunos relativamente aos órgãos em que estão representados, na elaboração de documentos orientadores, no desenvolvimento de projectos e nos processos formais de participação. Na escola B verifica-se um menor envolvimento dos alunos na elaboração de documentos orientadores e no desenvolvimento de projectos. A Associação de Estudantes apresenta aqui um papel importante na comunicação

entre os alunos, o diretor e o membro do Conselho Geral e tem importância no desenvolvimento de projectos de carácter mais informal direccionados para os alunos, como por exemplo, a organização do baile e a viagem de finalistas. Os alunos dos cursos profissionais apresentam projectos que são aprovados, integrados no currículo (estágio) e desenvolvidos no interior da escola, como por exemplo, a jardinagem dos espaços exteriores da escola B.

A outra questão era saber: quais as representações dos diretores e dos alunos sobre a participação dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola?

A análise dos dados proporciona-nos algumas evidências sobre a percepção positiva que os diretores têm sobre a participação dos alunos. Identificam estas práticas como uma forma de desenvolvimento da autonomia dos alunos, da aprendizagem cooperativa e, também, uma estratégia que potencia o ambiente escolar de forma a tornar a escola mais apelativa e agradável. Reconhecem ainda benefícios de um maior envolvimento através da participação em projetos de ensino-aprendizagem e de outros eventos diversificados, no âmbito da solidariedade, de entretenimento, do desporto e da cultura.

Quanto ao impacto da participação dos alunos na sua formação, os diretores consideram ser uma experiência importante na esfera da cidadania e da preparação para a vida adulta em democracia. São também da opinião de que a consulta dos alunos é muito importante nos processos de liderança e de gestão.

Diretores e alunos apontam fatores que limitam a participação dos alunos na organização escolar, nomeadamente, a falta de empenho e de interesse dos últimos, a falta de divulgação das atividades e de projetos, a falta de recursos financeiros por parte da Associação de Estudantes, a realização de atividades de forma desadequada e o não cumprimento do Regulamento Interno.

Os diretores identificaram aspetos a melhorar, nomeadamente, a duração do mandato das Associações de Estudantes e a gestão temporal do mesmo para assegurar a continuidade dos projetos. Os alunos que são eleitos, normalmente, frequentam o 12º ano, que em situação normal de aproveitamento só permanecem na escola até ao final do ano, terminando assim o seu mandato. Daí a formação das listas para a Associação de Estudantes constituída por alunos também de anos anteriores a fim de dar continuidade e permitir a avaliação dos resultados. Os diretores constataram que as associações de estudantes vão diminuindo o seu interesse, ao longo do ano, o que se pode justificar pela exigência do trabalho curricular, à medida que o final do ano se aproxima.

Em suma, a legislação mais recente promove a autonomia e abre espaço para uma participação efetiva dos alunos, no entanto, estes revelaram não potenciar todos os espaços de participação que, no quadro jurídico, estão à sua disposição. O conceito de escola democrática é mais ambicioso e realça não só uma participação presencial, mas também uma participação com impacto no poder de decisão sobre o planeamento e realização das atividades curriculares e extracurriculares, de carácter formal e informal.



## **FONTES**

Constituição da República - artigo 77º- participação democrática no Ensino.

Decreto-lei n.º 769-A/76, de 23 de outubro.

Decreto-lei n.º 5/73, de 25 de julho.

Decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de maio.

Decreto-lei 270/98, de 1 de setembro.

Decreto-lei 23/2006, de 23 de junho.

Decreto-lei n.º 75/2008 de 22 de abril.

Decreto-lei n.º 137/2012 de 2 de julho

Decreto-lei 51/2012 de 5 de setembro.

Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986

IGE, (2013) Relatório de Avaliação Externa da escola Secundária de Pedro Nunes Lisboa p.1-10

IGE, (2009) Relatório de Avaliação Externa da escola Romeu Correia Lisboa p.1-14

[Http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=493&Itemid=29#myGallery1-picture\(4\)](http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=493&Itemid=29#myGallery1-picture(4))



## BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, Pedro (2003), *Os Sentidos da escola, Identidades Juvenis e Dinâmicas de escolaridade*, Oeiras, Celta Editora.
- Barroso, João (1996), *Para o Desenvolvimento de uma Cultura de participação na escola*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Beattie, Mary (2002), “Educational Leadership: Modeling, mentoring, making and re-making a learning community”, *European Journal of Teacher Education* 25(3).
- Bogdan & Biklen, S, (1994), *Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria das Métodos*, Porto, Porto editora.
- Brito, Renato de Oliveira; Beatrice Laura Carnielli (2011), *Gestão participativa: uma matriz de interações entre a escola e a comunidade escolar*, *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, 5 (2) pp. 26-41. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/151>
- Carvalho, Maria João (2009) “Paulo Freire: A construção da escola democrática a partir da decisão”, *Revista Brasileira de Política e Administração Escolar*, Porto Alegre, 25(3), pp. 441-454.
- Delors, J. et al (1996) *Educação - Um tesouro a descobrir*, Porto: Edições ASA.
- Deshaies, B. (1992), *Metodologia de Investigação em Ciências Humanas*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Estrela, A. (1990), *A teoria e Prática de Orientação de classes*, Lisboa, INIC.
- Fernandes, António Sousa (1985), *A Gestão democrática das escolas – Notas sobre a Experiência das escolas Secundárias Portuguesas após a Revolução do 25 de abril, O ensino*.
- Igreja, Manuel (2004), *A educação para a cidadania nos programas e manuais escolares de história e geografia de Portugal e História - 2º e 3º ciclos do ensino básico: da reforma curricular (1989) à reorganização curricular (2001)*, Universidade do Minho.
- Lima, L. (1998), *A escola como organização e a participação na organização escolar Um estudo da escola secundária em Portugal (1974 – 1988)*, Braga, Universidade do Minho.
- Motta, Fernando C. Prestes (2003) *Administração e participação: reflexões para a educação*, Educação e Pesquisa, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Pacheco, José. (2003), *Sozinhos na escola*, Didática Suplegraf.
- Pacheco, José. (1995), *O pensamento e a Ação do Professor*, Porto, Porto Editora.
- Pereira, C. Cardoso, M. F. Rocha & A. Pedro (2009), “Escola, democracia e participação dos alunos do 3º ciclo”, *Atas do I Encontro de Sociologia da Educação Contextos Educativos na Sociedade Contemporânea*, Lisboa, Edição da Secção de Sociologia da Educação da Associação Portuguesa de Sociologia.
- Rocha, M. C. J. (1998), “Democracia e participação: A Feminização da Gestão escolar e a Realização da escola democrática”, *Revista de Educação* 7 (2) pp. 29 - 40.
- Salerno, Soraia Chafic el Kfourri (2009), *Descentralização e a gestão educacional*, São Paulo, Expressão & Arte.

- Stürmer, Arthur e Liliana Ferreira (2010) “A gestão democrática nas escolas públicas de Santa Catarina”, *Santa Maria*, volume 35 (1) pp.155-168.
- Torres, Leonor Lima e José A. Palhares (2009), “Estilos de liderança e escola democrática”, *Revista Lusófona de Educação*, (online), 14 (14).
- Tuckman, B. W. (2000) *Manual de Investigação em Educação*, 1º Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Veloso, Luísa et al (2013), *Escolas e Avaliação Externa-Um enfoque nas estruturas organizacionais*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Veloso, Luísa, Daniela Craveiro, Isabel Rufino (2012), “Participação da comunidade educativa na gestão escolar”, *Educação e Pesquisa*, Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 38 (4), pp. 815-832.
- Westrupp, Marlene Feuser (2003), *Gestão escolar participativa: novos cenários de competência participativa*, Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina.

# ANEXO A

## GUIÕES DE ENTREVISTA

Questões de análise	Domínios	Perguntas ao Diretor (a)	Perguntas ao Presidente da Associação de Estudantes	Perguntas aos alunos
Envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola	Órgãos	1) Em que órgãos de gestão os alunos estão representados?	1) Em que órgãos de gestão os alunos estão representados?	1) Em que órgãos de gestão os alunos estão representados?
	Eventos Reuniões	2) Quais as reuniões em que os representantes dos alunos estão presentes?	2) Quais as reuniões em que os representantes dos alunos estão presentes?	2) Quais as reuniões em que os representantes dos alunos estão presentes?
	O impacto da opinião dos alunos na tomada de decisões.	3) Quais as decisões que dependem da opinião dos alunos? Dê exemplos	3) Quais as decisões que dependem da opinião dos alunos? Dê exemplos	3) Quais as decisões que dependem da opinião dos alunos? Dê exemplos
		4) Identifique situações / decisões em que se verifica ou verificou a participação efetiva dos alunos. Dê exemplos	4) Identifique situações / decisões em que se verifica ou verificou a participação efetiva dos alunos. Dê exemplos	4) Identifique situações / decisões em que se verifica ou verificou a participação efetiva dos alunos. Dê exemplos
Elaboração de documentos orientadores e projetos	5) Como colaboram os alunos na elaboração: do projeto educativo da escola? do regulamento interno? do plano de atividades? na gestão de orçamentos? nos projetos sobre o insucesso escolar? nos processos de avaliação? 6) De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a Ação social escolar? Dê exemplos. 7) De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a organização de atividades de complemento curricular? 8) De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a organização do desporto escolar?	5) Como colaboram os alunos na elaboração: do projeto educativo da escola? do regulamento interno? do plano de atividades? na gestão de orçamentos? nos projetos sobre o insucesso escolar? nos processos de avaliação? 6) De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a Ação social escolar? Dê exemplos. 7) De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a organização de atividades de complemento curricular? 8) De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a organização do desporto escolar?	5) Como colaboram os alunos na elaboração: do projeto educativo da escola? do regulamento interno? do plano de atividades? na gestão de orçamentos? nos projetos sobre o insucesso escolar? nos processos de avaliação? 6) De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a Ação social escolar? Dê exemplos. 7) De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a organização de atividades de complemento curricular? 8) De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a organização do desporto escolar?	

Envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola	Elaboração de documentos orientadores e projetos	9) Identifique outras formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola. Dê exemplos	9) Identifique outras formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola. Dê exemplos	9) Identifique outras formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola. Dê exemplos
	Tipos de participação na articulação entre a escola e a comunidade externa	10) Que tipo de participação existe face às especificidades da escola? (meio social)	10) Que tipo de participação existe face às especificidades da escola? (meio social)	10) Que tipo de participação existe face às especificidades da escola? (meio social)
	Tipos de participação efetiva (formais e informais).	11) Descreva os modos formais da participação dos alunos na organização da escola. 12) Descreva os modos informais da participação dos alunos na organização da escola. 13) Em que situações as Associação de Estudantes podem expor as suas ideias e pontos de vista relativamente ao funcionamento e organização da escola? Quais os procedimentos? 14) Descreva a relação entre a Associação de Estudantes e os órgãos de Gestão (Diretor (a)).	11) Descreva os modos formais da participação dos alunos na organização da escola. 12) Descreva os modos informais da participação dos alunos na organização da escola. 13) Em que situações as Associação de Estudantes podem expor as suas ideias e pontos de vista relativamente ao funcionamento e organização da escola? Quais os procedimentos? 14) Descreva a relação entre a Associação de Estudantes e os órgãos de Gestão (Diretor (a)).	11) Descreva os modos formais da participação dos alunos na organização da escola. 12) Descreva os modos informais da participação dos alunos na organização da escola. 13) Em que situações as Associação de Estudantes podem expor as suas ideias e pontos de vista relativamente ao funcionamento e organização da escola? Quais os procedimentos? 14) Descreva a relação entre os alunos e os órgãos de Gestão (Diretor (a)).
		15) Esta escola segue as disposições exigidas pela legislação, no que respeita à participação dos alunos?	15) Esta escola segue as disposições exigidas pela legislação, no que respeita a participação dos alunos?	15) Esta escola segue as disposições exigidas pela legislação, no que respeita a participação dos alunos?
Representação do diretor sobre a participação da Associação de Estudantes e dos alunos na gestão e organização escolar;	Vantagens e limites da participação dos alunos.	16) Refira as vantagens da participação da Associação de Estudantes. 17) Refira os limites da participação da Associação de Estudantes.	16) Refira as vantagens da participação da Associação de Estudantes. 17) Refira os limites da participação da Associação de Estudantes.	16) Refira as vantagens da participação da Associação de Estudantes. 17) Refira os limites da participação da Associação de Estudantes.

Representações dos diretores das escolas e dos alunos sobre a participação dos alunos e da Associação de Estudantes na gestão e organização escolar:	Papel da escola na operacionalização e desenvolvimento da participação dos alunos e da Associação de Estudantes na gestão e organização escolar	<p>18) Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação da Associação de Estudantes</p> <p>19) Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)</p> <p>20) Na sua opinião que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?</p>	<p>18) Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação da Associação de Estudantes</p> <p>19) Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)</p> <p>20) Na sua opinião que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?</p>	<p>18) Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação da Associação de Estudantes</p> <p>19) Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)</p> <p>20) Na sua opinião que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?</p> <p>21)</p>
	A importância e o impacto da participação dos alunos na gestão e organização da escola na sua formação.	<p>21) De que forma pode a participação da Associação de Estudantes, na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?</p>	<p>21) De que forma pode a participação da Associação de Estudantes, na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?</p>	<p>21) De que forma pode a participação da Associação de Estudantes, na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?</p>



## ANEXO B – Entrevistas dos diretores

Questões de análise	Domínios	Perguntas dos Diretores	Respostas da Diretora da Escola A (D. A)	Respostas do Diretor da Escola B (D.B)
Evolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola	Órgãos	Em que órgãos de gestão os alunos estão representados?	Neste momento só no Conselho Geral! Antigamente tinham acento no C. Pedagógico a lei mudou e deixaram de ter. Enquanto a lei permitiu, tivemos sempre alunos no C Pedagógico.	No Conselho Geral
	Eventos Reuniões	Quais as reuniões em que os representantes dos alunos estão presentes?	Formalmente os delegados de turma estão só em reuniões de Conselhos de turma intercalares, só não estão nos Conselhos de turma de avaliação. Mediante algum tipo de assunto poderão estar noutras reuniões, mais como convidados do que propriamente como participantes de direito próprio.	Nas reuniões plenárias ou se integrarem alguma secção permanente do Conselho Geral Nos Conselhos de turma de não avaliação. Não estão no Conselho Pedagógico neste momento
	O impacto da opinião dos alunos na tomada de decisões.	Quais as decisões que dependem da opinião dos alunos? Dê exemplos	O que se refere a atividades dinamizadas pelos alunos, eu chamo sempre o presidente da associação de estudantes para estar presente nas reuniões de preparação de um simulacro de incêndio no sentido de ele próprio envolver os colegas , através da associação para que as coisas fossem tomadas a sério. Quando é assim eu procuro envolvê-los. Como por exemplo quando é para a eleição da associação de estudantes também procuro que se envolvam e que se organizem.	Por exemplo quando eles estão normalmente a sua opinião é tida em conta, mas não depende da opinião deles, depende sempre da nossa (adultos). Eles não têm peso na decisão.
		Identifique situações / decisões em que se verifica ou verificou a participação efetiva dos alunos. Dê exemplos	Gosto de os envolver sobretudo em projetos e pergunto-lhe se tem interesse em participar. Na elaboração do Plano Anual de Atividades consulto-os para que englobem sugestões de atividades deles. Por vezes faço reuniões com os delegados justamente para ouvir a opinião deles sobre alguma situação. Por vezes chamo os alunos do básico outras só os do secundário.	Normalmente são tidas em conta desde que venham de forma desorganizada. Ao nível dos trabalhos dos cursos profissionais, ao nível de projetos. Nos profissionais são muito autónomos a fazer propostas e implementá-las. São muito autónomos a esse nível

Envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola	Elaboração de documentos orientadores e projetos	Como colaboram os alunos na elaboração: do projeto educativo da escola?  do regulamento interno? do plano de atividades?  na gestão de orçamentos?  nos projetos sobre o insucesso escolar?  nos processos de avaliação?	<p>O regulamento interno tem a participação do representante dos alunos no Conselho Geral. O representante deve contactar os delegados para saber os problemas, determinado tipo de pretensões dos colegas, para depois fazer as propostas ao Conselho Geral e para incluir no RI. Na elaboração do atual regulamento o representante apresentou algumas propostas e foram aceites.</p> <p>O projeto educativo foi feito há quatro anos e não tenho memória do seu processo de elaboração.</p> <p>Para o PAA normalmente contactamos a associação e se houver propostas são levadas a pedagógico para serem discutidas e aprovadas de acordo com a decisão do CP.</p> <p>Relativamente à gestão de orçamentos como o representante dos alunos participa no Conselho Geral tem sempre uma palavra a dizer como qualquer outro elemento.</p> <p>Nos projetos de combate ao insucesso escolar a participação é mais ao nível dos professores e da direção.</p> <p>Nos processos de avaliação participam diretamente com os professores normalmente nos momentos de autoavaliação.</p>	<p>Não colaboram no projeto educativo da escola nem no regulamento interno. A minha perspetiva não sei se é enganadora ou não. É a minha visão, o Regulamento interno e o Projeto educativo tem uma visão empresarial. O que é que a escola tem para oferecer/vender aos alunos, a quem vem de fora e não aos que já cá estão querem. Portanto a escola assume-se como empresa que presta serviços educativos. Os alunos vem para cá e sabem o que temos para oferecer. Não vem à espera que lhe façam as vontades se não querem uma oferta escolhem outra.</p> <p>No plano de atividades os cursos profissionais são autónomos na elaboração de propostas para integração no plano de atividades. O ano passado tive dois alunos que implementaram uma atividade em conjunto com o projeto “Ajuda de berço”. Eu disse-lhes para arranjar um professor responsável e eles fizeram tudo. Contactaram entidades e pessoas e nós disponibilizámos o espaço.</p> <p>Na gestão de orçamentos não participam e nos processos de avaliação apenas o que está previsto na legislação em vigor em termos de auto avaliação. É obrigatório, mas tem peso reduzido.</p>
		De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a Ação social escolar? Dê exemplos.	A ação social escolar acontece mais em termos burocráticos e ao nível dos diretores de turma, gosto de tratar isto com certo <u>resguardo</u> e discrição. Se houver alguma situação efetiva atuamos.	Se há algo a reclamar ou comentar, eles comentam com os Diretores de turma ou com os Serviços administrativos para se analisar as situações.
		De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a organização de atividades de complemento curricular ?	A organização de atividades de complemento curricular devem se integradas no PAA. Deverão fazer uma apreciação que normalmente não fazem.	Eles emitem o parecer, nós aceitamos conforme os nossos recursos e possibilidades e quando consideramos que vai ao encontro das necessidades deles.
		De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a organização do desporto escolar?	A organização do desporto escolar passa através do coordenador e dos diferentes professores. Apresentam sugestões e opiniões aos professores e coordenadores. Tendo em conta o interesse deles.	Na deliberação não. Normalmente decidimos em função dos professores que temos e o que podemos oferecer em determinadas áreas.
		Identifique outras formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola. Dê exemplos	Eles começam com muito “gás”, mas depois depressa perdem. Nestes últimos 5 anos a associação de estudantes não tem rigorosamente nada a ver. Nestes últimos 5 anos as associações não tem nada a ver com as dos anos anteriores, eram envolvidas, participativas ativas, realizavam atividades para os colegas. Chegámos a ter um barco insuflável, Tem ideias depois são eleitos e começam a desinteressar-se. Querem música todo o tempo e não pode ser...	O contributo que eles costumam dar, dão diretamente. Pedem para falar com a Direção e nós avaliamos a forma como podem ser implementadas. Por exemplo, ainda há pouco vieram ter comigo e propuseram organizar a questão dos quadros de mérito – Queremos organizar o processo todo-disseram elas. Eu disse que sim e que lhes dizia como se deviam organizar.

Envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola	tipos de participação na articulação entre a escola e a comunidade externa.	Que tipo de participação existe face às especificidades da escola? (meio social)	Por exemplo alguns professores tem projetos sociais: solidariedade, concursos... Ainda há pouco tempo foram ao concurso dos Parlamento Europeu. Foi representar Portugal à Alemanha. Temos Projetos de empreendedorismo, vão em representação fora da escola. Atividades extras e projetos, isso aderem.	Não temos nada organizado em função do meio. O meio não tem nenhuma característica específica que implique esta abordagem.
	Tipos de participação efetiva (formais e informais)	Descreva os modos formais da participação dos alunos na organização da escola.	A direção está recetiva desde que eles proponham.	Quando tem intenção de fazer uma coisa que lhes é dirigida especificamente, ou falam com alguém responsável ou falam com os Diretores de turma. Vem ter connosco e nós encaminhamos para a melhor maneira de desenvolver.
		Em que situações as Associação de Estudantes podem expor as suas ideias e pontos de vista relativamente ao funcionamento e organização da escola? Quais os procedimentos?	Apresentam diretamente à Direção. A porta está sempre aberta.	Quando eles quiserem. Quando lhes apetecer aparecer e ter uma conversa sobre o que querem fazer, analisamos as propostas em qualquer altura. Lembram-se de eventos e projetos e nós aceitamos e colaboramos.
		Descreva a relação entre a Associação de Estudantes e os órgãos de Gestão (Diretor (a)).	De uma maneira geral é pacífica, defendo a atividade e o associativismo e participação na vida e na escola, faz parte da formação deles e da perspectiva deles. Depende quando são coisas pacíficas é possível quando fazem disparates também não gosto. Vem de maneira antipática. Associação dinamizou algumas conferências para os alunos e no que foi possível em termos logísticos cedi, participei e colaborei com eles. Quando preciso peço ajuda aos delegados para me ajudarem na organização, contactos, divulgação etc.	É a mesma relação que temos com a maior parte dos alunos. Cordial de amizade. Sempre nos demos bem. Estamos abertos a que eles nos tragam propostas.
		Esta escola segue as disposições exigidas pela legislação, no que respeita à participação dos alunos?	Sim! Claro	Sim.
Representação do director e dos alunos sobre a participação dos alunos na gestão e organização escolar;	Vantagens e limites da participação dos alunos e da Associação de Estudantes na gestão e organização escolar.	Refira as vantagens da participação da Associação de Estudantes.	Maneira mais direta de chegar e comunicar e tornar a vida da escola como eles desejam, mais agradável	Algumas! Normalmente supervisionamos e deixamos tudo a cargo deles. Procuramos interferir pouco para lhes dar autonomia.
		Refira os limites da participação da Associação de Estudantes.	Os limites é quando entram no disparate há limites e quando entram em coisas que vão contra às normas da escola.	Não impomos limites. Procuramos ir ao encontro daquilo que sentem necessidade, não metemos limites. Vemos se é exequível dentro dos nossos recursos avançamos em parceria.

<p>Representação do director e dos alunos sobre a participação dos alunos na gestão e organização escolar;</p>	<p>Papel da escola na operacionalização e desenvolvimento da participação dos alunos e da Associação de Estudantes na gestão e organização escolar</p>	<p>Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação da Associação de Estudantes</p>	<p>Devem participar ativamente, com projetos, iniciativa que tenham para apresentar e desenvolver.</p>	<p>Na maior parte das vezes a Associação de Estudantes existem por um período muito curto. Ali seis meses depois a atividade deles esbatessa. Durante um mandato às vezes só sabemos que eles existem mais nada.</p>
	<p>A importância e o impacto da participação dos alunos na gestão e organização da escola na sua formação.</p>	<p>Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)</p>	<p>A formação de cidadão é muito importante e a escola desenvolve projetos de ajuda na comunidade que se relacionam com preocupações sociais e cívicas. Por exemplo grupos de alunos que fazem trabalho voluntário, campanhas de recolha de géneros, vestuário, tudo menos dinheiro. Ou então se é com dinheiro, trabalham, vendem e o produto reverte ( à causa). Pedir não é maneira de educar. Projetos que desenvolve a capacidade de prevenção. A escola tem a opção de poderem escolher a disciplina de Ciência Política para que os alunos desenvolvam mais o sentido crítico. É das poucas escolas do país que tem a disciplina. Já tive alunos que vieram de fora de Lisboa (Aveiro) para frequentar a disciplina. Várias facetas Cidadania, civismo, intervenção na sociedade, solidariedade ...</p>	<p>Não sei se há impacto. O que se procura é fazê-los participar dentro do que são as normas de participação e mesmo assim por vezes é difícil. Para reunir todos os delegados para eleger representante dos alunos no Conselho Geral é complicado. Pois ou os alunos faltam às aulas ou vêm fora de horário letivo, normalmente não vêm. É difícil convencê-los que é importante a sua participação, que fazem parte. Há situações em que os delegados vem perguntar e quando as coisas correm mal procuram-nos e pedem ajuda.</p>
		<p>Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)</p>	<p>A Associação de pais é presente e participativa, A associação de estudantes não teve grande participação este ano, como normalmente os representantes são do 12º ano esses alunos vão-se embora e deverão ser os alunos do 11º que podem ganhar experiência de 1 ano e assumir e dar continuidade a projetos. Eu ando sempre atrás deles sou eu que os chamo, aos delegados faço-os ver que se devem mobilizar para fazer listas, contamos os votos aqui para os ensinar a fazer atas e eles fazem tudo. Eles querem despoletar o processo remeto-os para a assessora jurídica da direção, Dá-lhes a lei tira-lhe as dúvidas ele fazem as campanhas. Quando são várias listas eles são responsáveis pela limpeza das ofertas e publicidade. Fazem as mesas de voto, votam e eu acompanho o processo.</p>	

<p>Representação do director e dos alunos sobre a participação dos alunos na gestão e organização escolar;</p>	<p>A importância e o impacto da participação dos alunos na gestão e organização da escola na sua formação.</p>	<p>Na sua opinião que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?</p>	<p>Sempre que há oportunidade, tento chamá-los para fazerem as coisas com determinadas normas, regras, depois essas aprendizagens, quando vão para a faculdade, podem-lhes ser úteis. Por exemplo uma das coisas que fazem com o professor de Ciência política é todos os anos os alunos terem a responsabilidade de organizar uma sessão de debate de ideias políticas no contexto da disciplina. Eles organizam tudo, já vieram representantes de partidos entre outras pessoas. Eles é que organizam, os alunos da disciplina (12º ano). Termos Formação Cívica no básico é um espaço que faz falta, educação sexual, segurança rodoviária, sugeri que fosse alargado ao conceito de segurança do aluno (saúde).</p>	<p>A partilha de decisão não é uma coisa que eu pratique, embora normalmente acabo por me justificar com eles a razão das escolhas, agora decidir em conjunto com eles qualquer coisa ou porque eles são de uma determinada opinião, normalmente não me baseio nisso para decidir. Decido de acordo com a legislação e eventualmente posso perguntar a opinião deles, mas a minha prevalece.</p>
		<p>De que forma pode a participação da Associação de Estudantes na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?</p>	<p>Para eles acho que é uma experiência uma aprendizagem pessoal numa esfera diferente de cidadania, responsabilização dinamização, em que o processo da responsabilização da dinamização está mais centrado neles do que nas atividades normais da escola.</p>	<p>Eles não sentem necessidade de participar ao nível da decisão porque existem mecanismos de diálogo. Por vezes é importante falar com eles para saber o que é que eles pensam e sentem. Convivem diariamente uns com os outros. Tem uma linguagem próxima e quando se organizam surgem boas atividades e projetos.</p>



ANEXO C -- Entrevistas dos alunos da escola A e da escola B

AA1-AA3 / AB3-AB3

Questões de análise	Domínios	Perguntas aos (às) alunos(as) da escola		Respostas dos alunos da escola A		Respostas dos alunos Escola B
Envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola?	Órgãos	Em que órgãos de gestão os alunos estão representados?	A.A.1	Conselhos de turma	A.B.1	Estão representados pela associação de Estudantes
			A.A.2	Os delegados nos Conselhos de turma	A.B.2	Nas turmas elegemos os delegados e sub delegados e o embaixador da saúde. De há dois anos para cá elegemos só o delegado e o sub delegado. Há vários delegados que cooperam com os órgãos de gestão. Por exemplo a organização de concursos de talentos.
			A.A.3	Conselhos de turma e Assembleia de Delegados	A.B.3	A Associação de Estudantes organiza eventos como torneios desportivos. Os delegados estão presentes nos Conselhos de turma. Há uma ou outra reunião em que somos pontualmente chamados.
	Eventos Reuniões	Quais as reuniões em que os representantes dos alunos estão presentes?	A.A.1	Reuniões de avaliação intercalares. Em qualquer reunião não falam de avaliação, só questões gerais, depois os alunos saem e eles continuam	A.B.1	Só Conselhos de Turma e reunião de delegados.
			A.A.2	Nas reuniões de avaliação intercalares. Raramente é mencionado nome dos alunos falamos sobre o dia a dia da turma.	A.B.2	Nos Conselhos de Turma
			A.A.3	Nas reuniões de avaliação intercalares. Falamos sobre aspetos a melhorar.	A.B.3	No ano passado chamaram os alunos por causa da gripe A. Os embaixadores da saúde iam às reuniões falar sobre o assunto. No ano passado veio cá uma enfermeira dar formação sobre saúde e os embaixadores transmitiram o que aprenderam aos alunos da turma.
	O impacto da opinião dos alunos na tomada de decisões	Quais as decisões que dependem da opinião dos alunos? Dê exemplos	A.A.1	Nenhumas no meu caso houve situações, mas não me senti à vontade para as colocar.	A.B.1	Que eu saiba nenhuma.
			A.A.2	Não houve situações!	A.B.2	Os alunos não decidem a Associação é que entra nisso.
			A.A.3	Não!	A.B.3	Fazem inquéritos aos alunos sobre vários assuntos da escola.
	Participação efetiva	Identifique situações / decisões em que se verifica ou verificou a participação	A.A.1	Não. A associação não organiza muitas coisas.	A.B.1	Não conheço

		efetiva dos alunos. Dê exemplos				
Envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola	Participação efetiva	Identifique situações / decisões em que se verifica ou verificou a participação efetiva dos alunos. Dê exemplos	A.A.2	Em que tenha participado não.	A.B.2	No ano passado quase nunca me chamaram para nada. A única coisa que faziam era uma reunião onde assinavam uma folha a dar conhecimento de algumas informações.
			A.A.3	Não.	A.B.3	Só nas atividades em que os professores e os Diretores de turma ajudam. Nesses até temos alguma palavra a dizer . É o primeiro ano que sou delegado
	Elaboração de documentos orientadores e Projetos	Como colaboram os alunos na elaboração:  do projeto educativo da escola?	A.A.1	Não sei.	A.B.1	Não colaboram. Os delegados de turma funcionam mais como porta voz. Quando querem dizer algo dizem aos delegados e estes dizem à turma.
			A.A.2	De vez em quando podem dar sugestões por exemplo falhas ou fraquezas nos métodos e apresentar sugestões normalmente nos Conselhos de Turma.	A.B.2	Não. De vez em quando aparecem inquéritos e quando querem informar algo dizem ao delegado.
			A.A.3	Não sei.	A.B.3	Não. Não há nenhuma reunião em que sejam chamados os delegados para decidir o que quer que seja. Só inquéritos nas aulas sobre o que se pode melhorar.
		do regulamento interno?	A.A.1	Falaram no RI mas os alunos não tiveram opinião, não foram chamados. Não acredito que se fossem alterassem alguma coisa.	A.B.1	Não. Quando somos eleitos já está feito
			A.A.2	Definimos algumas regras no Conselho de turma não sei se foram aceites.	A.B.2	Não
			A.A.3	No Conselho de turma sugerimos algumas regras e procedimentos para serem analisadas.	A.B.3	Temos conhecimento do RI e só depois são eleitos os delegados. No início os colegas não se conhecem. Os professores aguardam sempre 2 ou 3 semanas para que nos conheçamos e para ver quem é o mais responsável.
		do Plano Anual de Atividades?	A.A.1	A AE devia colaborar na organização e planeamento de atividades.	A.B.1	As únicas atividades foram os torneios entre turmas. A Associação é que promove algumas atividades. as atividades curriculares são os professores que fazem.
			A.A.2	Normalmente pediam aos alunos para se encarregarem de uma atividade e a desenvolvessem. Devia dinamizar atividades que chegassem a todos, como por exemplo visitas de estudo sugeridas pelos alunos.	A.B.2	Que me lembre o concurso de talentos
			A.A.3	No início do ano nos Conselhos de turma são propostas atividades.	A.B.3	Uma coisa que está idealizada desde o início do ano são os torneios inter turmas porque se fazem há muitos anos. De resto são atividades que vão decorrendo
		na gestão de	A.A.1	Não	A.B.1	Não

		orçamentos?	A.A.2	Não	A.B.2	Não
			A.A.3	Não sei	A.B.3	Não
Envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola	Elaboração de documentos orientadores e projetos	nos projetos sobre o insucesso escolar?	A.A.1	Não	A.B.1	Não
			A.A.2	Não sei	A.B.2	Não
			A.A.3	Não sei	A.B.3	Fazem inquéritos durante as aulas
		nos processos de avaliação?	A.A.1	Só quando os professores pedem para fazermos auto avaliação.	A.B.1	Não.
			A.A.2	Quando fazemos a auto avaliação.	A.B.2	Não.
			A.A.3	Todos os períodos.	A.B.3	Não.
		De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a Ação social escolar? Dê exemplos.	A.A.1	Duas turmas fizeram um projeto que consistia na recolha de livros e brinquedos e ofereceram a instituições de caridade.	A.B.1	Participámos no início do ano através da AE . Vimos quem precisava de livros e não tinha ASE pedimos aos alunos antigos que cedessem os livros.
			A.A.2	No final do ano letivo disponibilizamos os livros escolares à escola.	A.B.2	Eu fui buscar os livros à AE para entregar aos alunos que não tem ASE. Disseram-me para ir e eu fui.
			A.A.3	Nos projetos de solidariedade. As turmas participam neste tipo de projetos.	A.B.3	Disseram aos delegados para ir buscar os livros antigos à AE e entregar aos colegas. De resto o ASE é com os professores e a Direção.
		De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a organização de atividades de complemento curricular ?	A.A.1	Os alunos inscrevem-se no ato da matrícula e frequentam essas atividades	A.B.1	Quer dizer os inter turmas foram organizados por uma turma com a ajuda do professor. Este ano vai haver torneio de voleibol
			A.A.2	Não Sei	A.B.2	Nos torneios inter turmas, os alunos inscrevem-se se quiserem.
			A.A.3	Os professores devem decidir em função das necessidades dos alunos.	A.B.3	Só no desporto escolar

		De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a organização do desporto escolar?	A.A.1	Relativamente ao desporto escolar podemos frequentar outras modalidades noutra escola Basta inscrevermo-nos.	A.B.1	Os alunos participam se quiserem. Não tenho ouvido falar muito nisso.
			A.A.2	Os professores decidiram quais as atividades e disponibilizaram-nas para os alunos participarem.	A.B.2	Sim. Inscrevem-se junto do Professor de Educação Física. Nós temos equipas de futebol e voleibol. No ano passado havia muito gente que queria formar equipa de voleibol, acabou por não haver. Este ano vai haver equipa de voleibol, escalão iniciados.
			A.A.3	Essas atividades realiza-se no pavilhão e em projetos como o desporto escolar. Os alunos participam nessas atividades.	A.B.3	Todos os alunos da turma tem opinião e direito de decidir se querem frequentar modalidades/atividades, como se fosse uma equipa exterior.
Envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola	Elaboração de documentos orientadores e projetos	Identifique outras formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola. Dê exemplos	A.A.1	A escola deveria pedir orçamentos para melhorar o ginásio, angariar fundos através de projetos, por exemplo. A Associação de estudantes deverá ter um papel importante nesses projetos.	A.B.1	Há tempos houve um curso de animação sociocultural, as alunas iam à escola do agrupamento interagiam em projetos.
			A.A.2	Projetos que envolvem os alunos.	A.B.2	Não sei.
			A.A.3	As festas realizadas na escola. E a angariação de fundos para o melhoramento do espaço desportivo da escola.	A.B.3	Nos cursos CEF'S, curso de jardinagem. A turma fazia jardinagem na escola.
	Tipos de participação face às especificidades da escola	Que tipo de participação existe face às especificidades da escola? (meio social)	A.A.1	Sim, por exemplo relativamente ao horário da turma, existem alunos que não são de Lisboa.	A.B.1	Não. As escolas aqui deste lado, na minha opinião são boas, o ambiente difere mas aqui corre bem.
			A.A.2	Sim.	A.B.2	Por vezes os alunos manifestam-se e trocam os horários. Por exemplo não tinha hora de almoço, falamos com o Diretor de Turma e mudaram.
			A.A.3	Sim.	A.B.3	Penso que se adaptam bem ao meio.
	Tipos de participação	Descreva os modos formais da participação dos alunos na organização da escola.	A.A.1	Nos Conselhos de Turma e Conselho Geral. É de livre arbítrio. Os delegados dos alunos participam na reunião de delegados e na eleição do representante dos alunos no Conselho Geral.	A.B.1	Quando há problemas, normalmente chamamos os delegados para falar com a turma ou com o Diretor de Turma. A organização da viagem de finalistas. Os delegados do 12º ano estão mais ativos. Recebemos dinheiro e inscrições.
			A.A.2	Nos Conselhos de Turma e Conselho Geral.	A.B.2	O delegado é responsável pela turma. Este ano houve uma situação com um colega e lá tive de ir eu. Nós podíamos usar os delegados e participar mais. Não nos dão essa autoridade. Este ano chamaram-me mais e envolvi-me mais.
			A.A.3	Nos Conselhos de Turma, no Conselho Geral e na eleição do membro do Conselho Geral.	A.B.3	Dar o exemplo falar com a turma. Mas há muita coisa que se pode mudar, devíamos ter um papel mais ativo, ter reuniões entre a turma só com os delegados
	Tipos de participação	Descreva os modos informais	A.A.1		A.B.1	Não. Só os delegados é que podem participar ou propor. Em casos de violência na escola ou conflitos

		da participação dos alunos na organização da escola.	A.A.2	Se quisermos com alguém específico podemos ir à secretaria ou à direção perguntar o horário e agendar uma data e comunicar a situação	A.B.2	Muitas vezes não conhecemos os colegas. O ano passado não fazia nada só mesmo o que me pediam. Depende da importância que o DT nos dá .
			A.A.3	Podemos ir diretamente à direção ou através de outro empregado comunicar o problema.	A.B.3	Essas atividades extra não foram projetadas. As coisas são pensadas em qualquer altura e acontecem. Os delegados deviam ser chamados, falar com o Diretor e com professores para conseguir para não serem apanhados de surpresa.. A Formação Cívica acabou, mas acho que era essencial. Essa disciplina foi dada erradamente, os professores limitavam-se a resolver os problemas da turma, passar recados, ler informações. É necessário formar civicamente, explicar como se vive em sociedade. Lidar com os outros.
		Em que situações as Associação de Estudantes podem expor as suas ideias e pontos de vista relativamente ao funcionamento e organização da escola? Quais os procedimentos?	A.A.1	Não sei. Se me perguntarem se há AE, eu respondo que não. Não sei quem pertence. Não votei.	A.B.1	Ir à Direção, nos Conselhos de Turma
			A.A.2	Que me lembre foi meter música nos intervalos, pouco mais.	A.B.2	Falar com o Diretor de turma
			A.A.3	Música nos intervalos, nem organizaram festas. Nada...	A.B.3	Se pedirmos para falar com a Direção corremos o risco de ficar muito tempo à espera. Todos nós nos podemos dirigir através de carta, diretamente. Os professores estão muito ocupados e por vezes acabamos por desistir.
		Envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola	Tipos de participação	Descreva a relação entre os alunos e os órgãos de Gestão (Diretor (a)).	A.A.1	É Boa.
A.A.2	Boa.				A.B.2	Boa. Por vezes é necessário dizer que não, mostrar má cara, mas em geral é boa
A.A.3	Boa.				A.B.3	Boa. Quando somos atendidos são simpáticos e prestáveis. Houve um jantar com fados no Laranjeiro, participámos e estava la o Diretor que nos recebeu muito bem. Os alunos participaram.
Esta escola segue as disposições exigidas pela legislação, no que respeita a participação dos alunos?	A.A.1			Sim	A.B.1	Sim.
	A.A.2			Sim	A.B.2	Acho que sim.
	A.A.3			Sim	A.B.3	Sim.

Representação do director e dos alunos sobre a participação dos alunos na gestão e organização escolar;	Vantagens da participação dos alunos	Refira as vantagens da participação dos alunos.	A.A.1	Podiam promover torneios atividades lúdicas para incentivar o convívio, informar os alunos de acontecimentos dentro e fora da escola.	A.B.1	Uma vantagem era todos os alunos poderem dar a opinião e não só os delegados.
			A.A.2	A AE e os seus membros eleitos por alunos, eles são os nossos representantes. A AE permite que sejamos ouvidos e representados.	A.B.2	Todos os alunos dão opinião quando preenchem inquéritos. A nossa escola é uma escola de referência temos alunos com deficiências inseridos nas turmas. Todos nos ajudamos.
			A.A.3	A AE não participar não traz vantagens. A escola fica melhor representada por exemplo fora do país se houver mais contacto com os alunos.	A.B.3	No ano passado houve um projeto com a Associação dos Direitos da Mulher. Vieram cá duas senhoras, demos opiniões e participámos. No ano passado veio cá uma empresa de oxigénio.
	Limites da participação dos alunos	Refira os limites da participação dos alunos.	A.A.1	A falta de atividade, realizar atividades desinteressantes.	A.B.1	Nós não podemos participar em alguns aspetos da gestão, mas sempre que há alguma atividade a ser planeada, os alunos são sempre consultados para saber se há adesão ou não.
			A.A.2	Os limites poderão ser desenvolver poucas atividades ou excessivas atividades desinteressantes para os alunos .	A.B.2	Há a preocupação de tentar ver se os alunos aderem.
			A.A.3	Defender interesses das minorias e não de todos os alunos. Não adequar as atividades aos interesses dos alunos.	A.B.3	É importante o supervisionamento das atividades para não ultrapassar os limites.
Representação do director e dos alunos sobre a participação dos alunos na gestão e organização escolar;	Papel da escola na operacionalização e desenvolvimento da participação dos alunos e da Associação	Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação da Associação de Estudantes	A.A.1	A AE tem de funcionar como associação e trabalhar em conjunto com a Direção.	A.B.1	A escola tem uma psicóloga. Há alunos que não sabem. A participação aumentava se houvesse mais divulgação.
			A.A.2	Tem de incentivar os alunos para realizarem listas e permitir que todos os alunos votassem. A AE é nula.	A.B.2	Mais atividades com os alunos.

	de Estudantes na gestão e organização escolar A importância e o impacto da participação dos alunos na gestão e organização da escola na sua formação.		A.A.3	Planear o ano escolar com a AE de forma a que a AE e a coordenação definissem conjuntamente as atividades que iriam realizar.	A.B.3	Devia haver divulgação dos projetos. Só a semana passada soube que ia haver uma equipa de basquetebol.
	A importância e o impacto da participação dos alunos na gestão e organização da escola na sua formação.	Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)	A.A.1	A escola é a preparação para a vida adulta, o comportamento na escola reflete-se na vida adulta.	A.B.1	Eu estou numa área que permite abordar temas da Humanidade e cidadania.
			A.A.2	A escola promove atividades de participação consciente na escolha e para que os alunos venham a ser adultos que exerçam a cidadania.	A.B.2	Há professores que icentivam a participação dos alunos em sala de aula e regularmente falam sobre as regras da vida em sociedade.
			A.A.3	Na escola temos de obedecer às regras do RI quando formos maiores temos de respeitar as regras da sociedade. A escola é uma micro sociedade.	A.B.3	A disciplina de Formação Cívica era importante. Na minha área é muita matéria para dar num curto espaço de tempo. Não há tempo para nos formarem civicamente.
		Na sua opinião que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?	A.A.1	Sim. Porque acaba por nos fazer refletir sobre assuntos que nos permitem desenvolver o sentido crítico e de opinião.	A.B.1	É importante criar cidadãos com capacidade de decidir e de escolher. A escola permite isso, desenvolve interesses e valores
			A.A.2	Desenvolvemos a sensibilidade de pensar nos outros, os valores da cidadania e da democracia	A.B.2	Não partilhamos decisões os adultos decidem e nós cumprimos.
			A.A.3	Obriga a que os membros da AE saibam decidir, planear e realizar em função dos interesses dos alunos. O que é importante na formação de um indivíduo. É uma postura diferente dentro da escola, requer mais responsabilidade empenho por parte dos membros da AE, é mais do que a função de estudante é também de organizador. É necessário gostar.	A.B.3	Tem, o pouco que seja. Embora não haja tempo para que nos formem civicamente. Há sempre atitudes e palavras que dizem mesmo a chamarem-nos à atenção. Normalmente incentivam-nos e dão bons conselhos que nos servem aqui e lá fora.

ANEXO D – Entrevistas do Representante da associação de estudantes da escola B

Questões de análise		Perguntas Presidente da AE	Respostas do presidente da AE Escola Secundária Romeu Correia (AB.4)
Envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola	Órgãos	Em que órgãos de gestão os alunos estão representados?	Normalmente temos o presidente e o vice presidente, o secretário, o dois vogais. Isto é a AE. É muito raro fazermos uma reunião, no entanto este ano está a correr melhor pois já nos conhecemos melhor. No Conselho Geral houve um aluno que esteve lá o ano passado. Pelo que eu sei de momento ainda não foi eleito. O membro do Conselho Geral que foi eleito o ano passado não está na escola . Vai haver eleições novamente. A maioria dos alunos que estão na AE são Delegados de Turma.
	Eventos Reuniões	Quais as reuniões em que os representantes dos alunos estão presentes?	Normalmente quando existem reuniões sobre Saúde ou reuniões em que convém os alunos estarem presentes, vão os delegados para passarem informação à turma. Reunimos normalmente às quartas feiras entre as 13 e as 14 horas na sala da AE (lá em cima). Só os alunos depois reunimos com o vice diretor para expor ideia, planos . Vou lá e exponho os projetos e atividades.
	O impacto da opinião dos alunos na tomada de decisões	Quais as decisões que dependem da opinião dos alunos? Dê exemplos	Todas. Nós só decidimos depois de saber o que todos querem. Nunca avançamos com ideia sem sabermos o <i>feedback</i> dos alunos. Facultámos aos alunos o projeto da AE e ganhámos por 400 votos de diferença. Até agora realizamos 5 ou 6 atividades em cerca de 20 planeadas. Vamos realizar esta semana o torneio de FIFA durante os intervalos.
		Identifique situações / decisões em que se verifica ou verificou a participação efetiva dos alunos. Dê exemplos	Sim fizemos 2, de que eu me recordo. O mural da escola no bar. Comprámos papel de parede e colocámos lá. Fizemos umas frases e perguntas sobre música que queriam ouvir. Perguntas sobre as atividades que queriam fazer. Houve quem sugerisse limpar espaços na escola. Foi sugerido que fizéssemos um skatepark. Claro que era um processo ambicioso e trabalhoso. Pedimos ajuda à câmara mas não responderam. Quando fizemos a campanha com música, todos dançaram, todos se divertiram, fizemos promoções sobre o sexo seguro, demos brindes, promovemos o convívio. Outra ideia foi o facto de termos feito jogos interativos entre alunos com custo adicional de 10 cêntimos. Como não temos orçamento e a escola só facultava recursos materiais como papel, tesouras, espaço e outros tipos de materiais. Nesse aspeto a direção da escola está presente.
Elaboração de documentos orientadores	Como colaboram os alunos na elaboração: do projeto educativo da escola? do regulamento interno? do plano de atividades? na gestão de orçamentos? nos projetos sobre o insucesso escolar? nos processos de avaliação?	Não conheço o Projeto Educativo. O membro do Conselho Geral é que me transmitia essas informações .O Regulamento Interno também é com a direção e os professores. Vamos supor que eu estou no lugar de professor, tenho mais experiência, já sei o que os alunos querem. Nós somos muito ambiciosos mas não fazemos, só pensamos. Os professores tomam iniciativa e as coisas acontecem. Por exemplo sugeriram uma semana de cinema . Precisavam da colaboração dos alunos. Esse tempo contou como horas de estágio, todos aderiram. Tem de ser do interesse para não se desleixarem. Ou nos dão algo e fazemos ou se não nos derem não fazemos nada. Foi o que percebi em 3 anos. Não temos orçamento, o que queremos tem de ser com o nosso dinheiro. Relativamente ao Insucesso escolar, o membro do Conselho Geral falava comigo e informava-me do que se passava desde suspensões, soluções para a indisciplina e discutíamos isso. Nos processos de avaliação não. A AE não faz avaliação. Claro que nem todos os projetos são aprovados por diversos motivos ( segurança e recursos). Não deixamos de tentar que todos os alunos colaborem. Agora temos os delegados a reunir inscrições e dinheiro para as viagens de finalistas.	

		De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a Ação social escolar? Dê exemplos.	Temos 2 projetos o “Eco-Sol” todos os alunos elaboram 1 cabaz de Natal por turma para oferecer às famílias mais carenciadas. O Outro projeto é com as psicólogas da escola, que estão sempre presentes, pois somos escola de referência para alunos com baixa visão.
		De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a organização de atividades de complemento curricular ?	Temos duas salas e biblioteca onde os alunos fazem trabalhos. A sala de Educação sexual, a sala da AE e a biblioteca.
Envolvimento dos alunos na gestão e organização pedagógica da escola	Elaboração de documentos orientadores	De que modo os alunos emitem os seus pareceres sobre a organização do desporto escolar?	Independentemente de querermos organizar alguma coisa, os professores estão habituados a isso, organizam as coisas melhor. Por exemplo sabem quando o pavilhão está disponível. Relativamente ao desporto escolar temos o voleibol, basquetebol, futebol, corridas de 40 metros, corta-mato. Há muita adesão.
		Identifique outras formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola. Dê exemplos	Temos um grupo no facebook (600 membros). Nós colocamos sugestões e atividades que podiam ser propostas. Todos os alunos tem esse conhecimento. Vem ter connosco na escola e falam connosco. Por exemplo pediram para colocar mais papel higiénico e sabonete na casa de banho. Queriam um campo sintético, depois se vai para a frente ou não a direção é que sabe.
	Tipos de participação face às especificidades da escola	Que tipo de participação existe face às especificidades da escola? (meio social)	É curioso, aquilo que vou ouvindo é que muitas escolas querem vir connosco na viagem de finalista é uma escola com bons professores e bom ambiente. Este ano entraram mais alunos, por isso.
	Tipos de participação	Descreva os modos formais da participação dos alunos na organização da escola.	Sempre que queremos avançar com o projeto temos primeiro de escrever, planear, imprimir e entregar à direção. Muitas vezes vou e volto, mas os professores e a direção tem muito trabalho com o agrupamento.
		Em que situações as Associação de Estudantes podem expor as suas ideias e pontos de vista relativamente ao funcionamento e organização da escola? Quais os procedimentos?	Por exemplo o <i>hallowen</i> . Acabámos por ser nós a realizar a atividade entre os intervalos sem grandes recursos, com música, máscaras, brincámos. Pedimos formal ou informalmente autorizações. Em situações em cima da hora falamos e responsabilizamo-nos. Este ano queríamos fazer um evento noturno na escola. Não foi possível, sugeriram fazer umas bancas, vender bolos, e partidas dentro das regras da escola. A AE para expor ideias tem de entregar um plano na direção. Eles debatem resolvem, entram em contacto com a AE avançamos ou não.
		Descreva a relação entre a Associação de Estudantes e os órgãos de Gestão (Diretor (a)).	A relação é boa, ambas as partes são recebidas. Somos os primeiros recetivos e aceitamos um não. A direção analisa os planos e para que tudo corra bem .
		Esta escola segue as disposições exigidas pela legislação, no que respeita à participação dos alunos?	Sim

Representação do director e dos alunos sobre a participação dos alunos na gestão e organização escolar;	Vantagens e limites da participação dos alunos	Refira as vantagens da participação da Associação de Estudantes.	Há mais interações com os alunos. Muito mais conhecimento sobre o que é nós temos para dar Quando gostam do trabalho da AE é gratificante ouvir elogios. A vantagem é o convívio, há sempre pessoal que se junta por causa da música, dançam, tiram fotos e interagem no facebook, conhecem-se.
		Refira os limites da participação da Associação de Estudantes.	Claramente o 1º limite é não podermos realizar eventos à noite. Depois por exemplo, fazer uma churrascada é difícil porque temos de promover o refeitório da escola e como serve refeições saudáveis e baratas deve ser promovido. É bom para os alunos, gastam menos.
Representação do director e dos alunos sobre a participação dos alunos na gestão e organização escolar;	Papel da escola na operacionalização e desenvolvimento da participação dos alunos e da Associação de Estudantes na gestão e organização escolar A importância e o impacto da participação dos alunos na gestão e organização da escola na sua formação.	Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação da Associação de Estudantes	A escola devia ter mais orçamento para realização de atividades.
		Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores	A escola é fundamental para que os alunos possam crescer e desenvolver a personalidade. Dá-nos mais capacidade de gestão, responsabilidade. Saber que temos ao nosso encargo todos os alunos.
	A importância e o impacto da participação dos alunos na gestão e organização da escola na sua formação.	Na sua opinião que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?	Este ano os alunos do 12º ano tem sempre possibilidade de realizar o baile de finalistas. É importante para os alunos. A AE já está a organizar o baile de finalistas que vai ser um baile abordo de um barco. A viagem de finalistas foi pensada de forma a que cada um possa escolher. Juntamos todas as agências de viagem e estras apresentaram os produtos diretamente aos alunos, agora eles é que escolhem Temos 3 destinos diferentes para os alunos escolherem.
		De que forma pode a participação da Associação de Estudantes na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?	É difícil falar sobre isto. A maneira como aprendem vem muito dos professores. Os professores são fundamentais para a nossa formação. Falam com os alunos. Ao longo destes 3 anos tornei-me mais interativo, mais social. Crescemos, ganhamos capacidade de interagir e construímos um bom ambiente escolar. Portanto os professores são mais responsáveis pela formação global dos alunos do que a AE.

## Curriculum Vitae



### INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome  
GUERREIRO, CARLOS EDUARDO DOS SANTOS SALVADOR GUERREIRO  
Morada  
Rua José Azevedo nº 30, 1º Dto, 2825 – Santo António da Caparica  
Telefone  
**96 8137083**  
Fax  
  
Correio electrónico  
[aguacomgas@hotmail.com](mailto:aguacomgas@hotmail.com)  
  
Nacionalidade  
Portuguesa  
  
Data de nascimento  
31, AGOSTO, 1981

### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Datas  
*1 de Setembro de 2003 a 21 de Outubro de 2004*
- Nome e endereço do empregador  
Externato “O Periquito”
- Tipo de empresa ou sector  
Instituição Particular de Ensino Básico
- Função ou cargo ocupado  
Professor 1º Ciclo
- Principais actividades e responsabilidades  
Professor de 4º ano e 1º ano
  
- Datas  
*21 de Outubro de 2004 a 31 de agosto de 2005*
- Nome e endereço do empregador  
Escola E.B. 2,3 da Costa de Caparica- Ministério de educação
- Tipo de empresa ou sector  
Instituição pública de Ensino Básico
- Função ou cargo ocupado  
Professor 2º Ciclo
- Principais actividades e responsabilidades  
Professor de 5º e 6º ano
  
- Datas  
*26 de Janeiro de 2006 a 2 de Março de 2006*
- Nome e endereço do empregador  
Agrupamento de Escolas Padre Abílio Mendes Pinto - Ministério da Educação
- Tipo de empresa ou sector  
Instituição pública de Ensino Básico
- Função ou cargo ocupado  
Professor 2º Ciclo
- Principais actividades e responsabilidades  
Professor de 5º e 6º ano  
Director de Turma
  
- Datas  
*9 de Março de 2006 a 31 de Agosto de 2006*
- Nome e endereço do empregador  
Escola E.B.I. Elias Garcia - Ministério da Educação
- Tipo de empresa ou sector  
Instituição pública de Ensino Básico
- Função ou cargo ocupado  
Professor 2º Ciclo
- Principais actividades e responsabilidades  
Professor de 5º e 6º ano  
Director de Turma

- Datas
- Nome e endereço do empregador
  - Tipo de empresa ou sector
  - Função ou cargo ocupado
    - Principais actividades e responsabilidades

*14 de Setembro de 2006 a 31 de Agosto de 2007*

Escola EB 2,3 Mestre Domingues Saraiva - Ministério da Educação  
 Instituição pública de Ensino Básico  
 Professor 2º Ciclo  
 Professor de 5º e 6º ano  
 Director de Turma

- Datas
- Nome e endereço do empregador
  - Tipo de empresa ou sector
  - Função ou cargo ocupado
    - Principais actividades e responsabilidades

*20 de Setembro de 2007 a 31 de Agosto de 2008*

Escola EB 2,3 Vale de Rosal- Ministério da Educação  
 Instituição pública de Ensino Básico  
 Professor 2º Ciclo  
 Professor de 5º e 6º ano  
 Director de Turma

- Datas
- Nome e endereço do empregador
  - Tipo de empresa ou sector
  - Função ou cargo ocupado
    - Principais actividades e responsabilidades

*1 de Setembro de 2008 a 31 de Agosto de 2009*

Escola E.B.I Charneca de Caparica - Ministério da Educação  
 Instituição pública de Ensino Básico  
 Professor 2º Ciclo  
 Professor de 5º e 6º ano  
 Director de Turma

- Datas
- Nome e endereço do empregador
  - Tipo de empresa ou sector
  - Função ou cargo ocupado
    - Principais actividades e responsabilidades

*1 de Setembro de 2009 a 31 de Agosto de 2010*

Escola E.B 2,3 da Alembrança- Ministério da Educação  
 Instituição pública de Ensino Básico  
 Professor 2º Ciclo  
 Professor de 5ºano.

## **FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL**

- Datas
- Nome e tipo da organização de ensino ou formação
- Principais disciplinas/competências profissionais
  - Designação da qualificação atribuída
  - Classificação obtida

12 de Novembro de 2003

Escola Superior de Educação Jean Piaget

Professores do Ensino Básico variante Matemática e Ciências da natureza

Licenciatura

15 valores

- Datas
- Nome e tipo da organização de ensino ou formação
- Principais disciplinas/competências profissionais
  - Designação da qualificação atribuída

22 de Fevereiro de 2007 a 11 de Outubro de 2007

Centro de Formação da associação de escolas de Sintra

Utilização das TIC no processo de ensino/aprendizagem

1 crédito

- Datas
- Nome e tipo da organização de ensino ou formação
- Principais disciplinas/competências profissionais
  - Designação da qualificação atribuída
  - Classificação obtida

20 de Março de 2006 a 31 de março de 2006

Flag

Multimédia-Introdução ao After effects/ efeitos visuais

Muito bom

Muito bom

- Datas
- Nome e tipo da organização de ensino ou formação
- Principais disciplinas/competências profissionais
  - Designação da qualificação atribuída
  - Classificação obtida

31 de Julho de 2009

Instituto politécnico de Setúbal

Acção de formação Contínua em Matemática para professores do 2º Ciclo

4,9 valores

Muito bom

#### **FORMAÇÃO COMPLEMENTAR**

- Participação no Congresso “Reflexão em torno do Decreto- Regulamentar 2/2008, Avaliação de desempenho – 8 de Fevereiro de 2008;
- Participação na Acção de formação “Saúde Vocal – Conceitos Básicos”– 7 de Março de 2002.
- Participação na Acção de formação “Educação para a Saúde” 21 de Janeiro de 2009.
- Participação na Acção de formação “Aprender com a Diversidade” 30 de Janeiro de 2009.
- Certificado de Aptidão Profissional (Formador)- 3 de Abril de 2006

#### **APTIDÕES E COMPETÊNCIAS PESSOAIS**

PRIMEIRA LÍNGUA

**PORTUGUÊS**

OUTRAS LÍNGUAS

**INGLÊS**

- Compreensão escrita
  - Expressão escrita
  - Expressão oral

BOM

BOM

BOM

**FRANCÊS**

- Compreensão escrita
  - Expressão escrita
  - Expressão oral

ELEMENTAR

ELEMENTAR

ELEMENTAR

#### **APTIDÕES E COMPETÊNCIAS SOCIAIS E DE ORGANIZAÇÃO**

- Facilidade de Comunicação e Argumentação;
- Gosto pelo Trabalho em Equipa;
- Boa apresentação;
- Capacidade de Organização e Gestão do tempo;
- Capacidade de Liderança;
- Proatividade;
- Criatividade;

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS  
TÉCNICAS

Conhecimentos de Informática (Word; Excel; Powerpoint; Publisher; Front Page e Internet. Adobe Premier, After Effects, programas de multimédia)

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS  
ARTÍSTICAS

Gosto por desportos:

- 18 anos de prática de bodyboard , incluindo algumas competições;
- 8 anos de prática de futebol ;

CARTA (S) DE CONDUÇÃO

SE-2134429 (DGV Setúbal)